



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 373 - DE 23 DE ABRIL A 06 DE MAIO DE 2009 - R\$ 3,00

Não teremos um 1º de Maio unitário, sob bandeiras operárias, combativo e de massa. Nem mesmo a crise e as demissões em massa obrigaram as Centrais a convocar em conjunto uma grande manifestação de massa. O que mostra a farsa da frente única do Dia Nacional de Luta, de 30 de março.

Por um Primeiro de Maio sob as bandeiras da Classe Operária

A bandeira de 1º de Maio proletário, unitário, de massa e de combate é uma exigência diante da situação em que a burocracia divide os trabalhadores e substitui suas necessidades por “pão e circo”.

A crise exige uma verdadeira frente única sindical e um programa de luta radical em defesa do emprego e do salário. Nada de festas! Nada de missas!

Organizar um 1º de Maio de combate!

Emprego não se negocia, defende-se com luta!

Escala móvel das horas de trabalho, para que todos tenham emprego!

Estatização sem indenização das empresas quebradas, controle operário!

Abertura de todos os livros caixa! Salário Mínimo Vital! Escala móvel de salários!

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica

Aumenta o desemprego e a pobreza no mundo

A crise que explodiu nos Estados Unidos levou a recessão as maiores economias do mundo e não deixará de fora países semicoloniais, como o Brasil. Outras economias serão atingidas por meio da desaceleração no crescimento, a exemplo da China e Índia. Os países, que viveram a restauração capitalista, estão literalmente arruinados, como os do Leste Europeu. Por todos os lados, a receita imperialista tem sido a mesma: utilização de dinheiro público para proteger bancos e indústrias. No entanto, apesar dessa enorme massa de dinheiro que está sendo destinada aos capitalistas, não foi possível estancar a crise.

A situação recessiva vem à tona com os efeitos sociais da crise. A quantidade de trabalhadores que vem sendo demitida diariamente no mundo é o sintoma mais evidente da recessão econômica e do fracasso das medidas governamentais.

Nos Estados Unidos, já foram eliminados 5,1 milhões de empregos desde dezembro de 2007. A taxa de desemprego subiu para 8,5% em março, a maior desde a crise de 1983. Trata-se de 13,2 milhões de trabalhadores desempregados. O relatório do FED (Banco Central) afirma que o desemprego, no final de 2009, poderá ultrapassar os 10%.

A Europa também está assolada. Na Espanha, são 1,3 milhões de demitidos nos últimos meses. Entre janeiro e fevereiro, 350 mil trabalhadores perderam o emprego. Essas cifras não param de crescer e se somam aos 3,6 milhões de desempregados existentes no país. Há um dado alarmante: 827 mil famílias têm todos os seus membros desempregados. O que expressa uma taxa de desemprego da ordem de 15,5%. Na Inglaterra, a taxa de desemprego atingiu 6,5%. Só no mês de fevereiro, 165 mil perderam seus postos de trabalho. Institutos apontam que a taxa chegará a 10% da população economicamente ativa. Na França, o desemprego alcançou 7,8%. Aumentou, principalmente, entre os jovens até 24 anos. Nessa faixa etária, 20,4% perderam o emprego. Na Itália,

entre 12 de dezembro a 12 de janeiro, a indústria praticamente ficou parada. Destruíram-se 900 mil postos de trabalho. As ameaças de fechamento de duas das cinco fábricas da Fiat colocam em risco mais de 58 mil empregos. A Fiat é responsável por 12% do PIB nesse país. Na Alemanha, são 3,2 milhões de desempregados. A taxa foi para 7,6%.

O Leste Europeu constitui um capítulo a parte da crise, uma vez que está em processo de restauração capitalista e comporta economias atrasadas e dependentes. A República Tcheca, que tem 60% de sua econômica baseada nas exportações, sofreu um duro golpe. A Letônia está sob a direção do FMI, que exige a meta de déficit orçamentário de 7% do PIB, para que possa contar com 7,5 bilhões de euros. A Hungria recebeu 25,1 bilhões de euros do FMI, UE e Bird, o que implicará cortes de salários e direitos dos trabalhadores. A Romênia emprestou 20 bilhões de euros do FMI. Na Bulgária, a onda de protestos cresce em função do desemprego e de cortes de salários. Na Irlanda, com a quebra de bancos, as demissões afloraram. São 326 mil desempregados e os capitalistas continuam demitindo. A ruína nesses países do Leste se transformou em crise política. A renúncia dos 1º ministros da República Tcheca; da Letônia, da Bulgária, sob manifestações populares, indicam a instabilidade que tomou conta da região e que tende a se projetar em toda a Europa.

Avanço da barbárie

A crise econômica, além de provocar o desemprego em massa, tem arrastado milhões e milhões de trabalhadores para a informalidade, com salários baixos e sem nenhuma proteção social. Segundo a OCDE, o número de pessoas no mundo na informalidade chegou a 1,8 bilhão, enquanto que 1,2 bilhão são de trabalhadores com contratos e seguridade social. Na América Latina, norte da África e Oriente Médio, metade dos empregos são informais. No Sudeste Asiático, mais de dois terços de trabalhadores estão na informalidade.

A informalidade cresceu na época de aceleração das economias e se potencializa com a crise. O exemplo da Índia – em que 9 em cada 10 trabalhadores, cerca de 370 milhões de pessoas, não têm aposentadoria – mostra a que ponto chegou a exploração capitalista.

O avanço do emprego informal significa crescente rebaixamento salarial. O fato de 700 milhões de trabalhadores informais viverem com menos de 1,25 dólares por dia e 1,2 milhão com menos de 2 dólares ao dia atesta a miséria crescente.

Dados do Banco Mundial e do FMI prevêem que 4 a 6 milhões de latino-americanos engrossarão, nos próximos meses, a massa de miseráveis. Estima-se que 2 a 3 milhões serão do México, país completamente dependente dos Estados Unidos. No Brasil, serão 400 a 600 mil novos pobres. E o restante ficará entre Argentina, Venezuela, Equador.

Vimos que nos últimos anos de crescimento econômico o capitalismo sequer amenizou a pobreza e a miséria das massas mundiais, embora não tenham faltado planos e promessas da ONU, FAO, OIT, Banco Mundial etc. Ocorre que a penúria das massas resulta da exploração do trabalho. A barbárie é um sintoma estrutural do capitalismo. Não é a crise que a cria. Esta apenas a potencia. E, desta vez, a barbárie avançará a pontos desconhecidos na história social do capitalismo. Evidentemente, a depender da reação da classe operária mundial.

A impotência do G-20

O relatório do FMI sobre a economia mundial indicou que a recessão será “longa e severa”. Mostra que, no último trimestre de 2008, 15 economias avançadas já estavam em recessão. Afirma que a crise atual é pior do que a de 1929. Em relação ao Brasil, apontou que este ano será de “crescimento mínimo ou entrará em recessão”. O fundamental desse quadro pessimista da economia é que os capitalistas aprofundarão os ataques sobre os assalariados.

A reunião do G-20, por si só, confirmou a gravidade do quadro. As potências se vêem na contingência de coordenar uma ação para conter o processo de desagregação do capitalismo, impulsionado pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que aparecem na forma de superprodução e parasitismo financeiro. Os trilhões despejados pelos governos não puderam estancar as tendências desintegradoras da economia. É claro que sem o amplo intervencionismo e endividamento dos tesouros nacionais a recessão já teria atingido a depressão. As consequências para as massas também seriam ainda mais graves.

A burguesia internacional está gastando parte do gigantesco capital acumulado para manter em pé seu regime de exploração. Mas o G-20 foi o retrato da impossibilidade de se tomar medidas abrangentes, uma vez que a crise coloca uma nação contra a outra. Os interesses particulares das frações do grande capital se chocam com os interesses gerais de preservar as condições anteriores à crise. A posição de reerguer o FMI, reforçando seu caixa com bilhões de dólares, evidenciou a falência de países inteiros, a começar pelo Leste Europeu.

O imperialismo se encontra acuada pela crise. Os Estados Unidos se vestem com a pele do cordeiro, com o novo governo de Obama. As potências européias levantam a bandeira de cooperação multilateral, que inclui os chamados países “emergentes”. China, Brasil, Índia e Rússia se fantasiam de independentes e clamam pela igualdade de condições. Esse novo espectro de relações reflete a convulsão econômica mundial. Obscurece as contradições e a rota de colisão das potências entre si.

O espetáculo diplomático do G-20 acobertou os confrontos interimperialistas, que se passam nos bastidores. Não pôde deixar de transparecer as divergências em torno do ordenamento financeiro ditado pelos Estados Unidos, da hegemonia de uma moeda ameaçada de instabilidade, das diretrizes norte-americanas de flexibilização fiscal e das exigências de que os tais dos emergentes con-

tribuem ainda mais com a ação das potências frente à crise. O desenvolvimento da recessão, da perda de mercados e quebras industriais, comerciais e financeiras colocarão por terra o teatro da cooperação, da igualdade e da unidade.

O caminho a percorrer será o do protecionismo das potências e do intervencionismo liberalizante sobre as semicolônias. É possível que se desencadeiem choques em torno da China, sob o comando dos Estados Unidos. As tendências bélicas estão sendo incentivadas, embora o governo de Obama acene com a hipocrisia do desarmamento nuclear.

Problemas fundamentais da crise

Há um elemento que tem dado fôlego à classe capitalista e seus governantes. A enorme destruição de postos de trabalho e as perspectivas funestas para o próximo período ainda não levaram a uma reação de conjunto por parte da classe operária. Pelo agigantamento da crise nos Estados Unidos, os protestos têm sido limitados. A burocracia sindical norte-americana se nega a organizar qualquer movimento grevista e compactua com as corporações. A eleição de Obama tem servido de justificativa para se exigir da classe operária sacrifícios e instilar nas massas o sentimento de otimismo com o novo governo.

Na Europa, as manifestações mais contundentes têm surgido na França, Grécia, Itália e Espanha. Destaca-se a greve geral e a manifestação de mais de 1 milhão de trabalhadores na França. Com menos contundência, vêm ocorrendo paralisações em quase todos os países.

No sudeste asiático, a crise no Japão e as demissões em massa não provocaram levantes generalizados. Os protestos pontuais, no entanto, expressam o descontentamento que cresce nos países asiáticos.

A América Latina está sendo arrastada pela crise. Chama a atenção o profundo recolhimento da classe operária e das massas exploradas. O que não quer dizer que não haja revolta contra as demissões em massa e a miséria crescente. No Brasil, a fraca resistência do proletariado está em

desconformidade com a brutalidade das demissões, a exemplo do Embraer, Vale, CSN e GM. As direções sindicais vendidas atuam no sentido de dissolver o descontentamento e potenciar o terror das demissões entre os assalariados. As falsificações otimistas da CUT sobre a crise e a recuperação econômica são um crime contra a vida dos explorados.

Notamos que no mundo todo a burocracia sindical age em consonância com o grande capital e os governos imperialistas. Apóiam a teatralização do G-20. Na França, onde a pressão das massas é maior, a burocracia se vê obrigada a dar vazão ao descontentamento, convocando manifestações que no dia seguinte são dissolvidas e perdem a continuidade. Nos últimos anos de crescimento mundial e tremenda especulação financeira, a burocracia de todos os naipes se dedicou a endeusar a renovação tecnológica e a contribuir com a “reestruturação produtiva”. As burocracias sindicais, nos países atrasados, como o Brasil, estreitaram seus laços com a burocracia européia e norte-americana, e passaram a copiar seus modelos de sindicalismo de resultado, propositivo e de ações afirmativas.

Esse fenômeno político é claramente entendível. A burocracia atual se assenta na crise de direção, aberta pela revisão estalinista do bolchevismo, da destruição da III Internacional e do processo de restauração capitalista na ex-União Soviética. Os fundamentos da velha burocracia social-democrata e estalinista continuam vigentes e a burocracia atual é sua herdeira.

A crise econômica golpeia as massas. A burocracia sindical coopera com o capital. Trata-se de uma contradição, que modificará a relação dos explorados com a burguesia e com os aparatos sindicais estatizados. A vanguarda que luta por construir o partido revolucionário se encontra em posição favorável. A tarefa consiste em empunhar o Programa de Transição e aplicá-lo de acordo com as particularidades de cada país e potenciar o internacionalismo proletário.

A quem serve o Pacto republicano

Com publicidade, foi assinado no dia 13 de abril o que se denominou Pacto Republicano. Como tal, participaram o presidente da República e os presidentes do Senado, da Câmara Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF). O feito objetiva resolver problemas da Justiça. Mas a razão primordial se encontra na crise política, que se manifesta no interior do aparato do Estado.

As denúncias constantes de corrupção nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), as investigações da Polícia Federal, as espetaculares demonstrações do envolvimento de graúdos capitalistas, as cisões internas no aparelho judiciário-policial, os conflitos de atribuições, as pressões de poderosos grupos econômicos, a revelação da promiscuidade dos partidos, de figurões do parlamento etc e os perigos de instabilidade governamental, tudo isso levou Lula a se reunir com os presidentes da casa legislativa e do STF.

A aproximação dos poderes foi necessária desde o momento em que a Operação Satiagraha, comandada pelo delegado Protógenes, indicou o grau de independência alcançada pela Polícia Federal, ao ponto de envolver não só a quadrilha do banqueiro Dantas, mas também altas autoridades, inclusive o presidente do STF, que foi submetido a escuta telefônica. É um princípio e condição da Justiça investigar apenas pontualmente um ou outro caso de corrupção, falcatura, lavagem de dinheiro, desfalque etc. Isso no caso do burguês investigado ter excedido ao direito informal de se valer de meios escusos à ordem jurídica. Não se pode permitir que um delegado tenha prerrogativas para ir além da pontualidade, a não ser que os três poderes o autorizem, sob um devido controle.

O problema começou no primeiro mandato de Lula com o escândalo do mensalão, que foi devidamente enquadrado e finalizado. Com o enfraquecimento do Executivo, o STF arvorou independência e se colocou como guardião do Estado. As crises de corrupção na Câmara Federal e no Senado – todas tendo a mesma raiz na decomposição da política burguesa – potenciaram ainda mais o STF, que passou a dirimir disputas partidárias e a responder a questões cabíveis apenas ao parlamento, portanto, a legislar. Se o Executivo, sob o comando de Lula e de sua coligação, não era capaz de empurrar o Congresso e se este não era capaz de impor uma linha ao Executivo e se a crise quase diária ameaçava com o caos político-administrativo, então cabia ao STF agir por cima de todos, em nome da Constituição.

Certamente, uma anomalia na história da constituição do Estado republicano brasileiro e de sua ultra-centralização. Fenômeno este que adveio com o fim da centralização ditatorial do regime militar, da nova centralização presidencial que a seguiu, da fraqueza dos partidos burgueses oligárquicos, da influência direta do grande capital na ordem política dos três poderes, de uma burocracia venal, da qual faz parte a oficialidade militar, e da ascensão ao poder de um partido como o PT, sem raízes profundas na burguesia.

As investigações de Protógenes, amparadas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ameaçaram expor uma podridão sem tamanho. Para cercar a quadrilha do Banco Opportunity, o delegado teve de adentrar às ramificações, que iam por tudo quando é direção. Porta-vozes da burguesia reagiram contra o poder da PF de violar segredos que comprometem uma lista de personalidades que lavam bilhões, usam paraísos fiscais, sonegam impostos etc.

Quando a campanha da imprensa contra o Satiagraha havia abafado o caso Dantas, Protógenes tornado acusado de abuso de

autoridade e o chefe da Abin afastado do cargo, nova investigação da PF abalou os três poderes. Desta vez, foi a Operação Castelo de Areia, que trouxe à luz do dia as sujeiras da poderosa Camargo Correa. Como no caso Dantas, partidos e altos chefes da política democrática estavam comprometidos. Na folha de pagamento, uma lista de parlamentares que receberam fundos de campanha, “legais” e ilegais. O presidente da Fiesp Paulo Skaf saiu da sombra e apareceu como articulador empresarial da compra de mandatos. A Camargo Correa o tinha como emissário de suas contribuições. O fato é que tanto as contribuições declaradas quanto as não declaradas resultam no mesmo: parlamentares são comprados para servir aos interesses da construtora, que, como indicou a Operação Castelo de Areia, rouba o tesouro nacional.

Foi um Deus nos acuda para abafar as informações. Lá do alto da toga, Gilmar Mendes retomou a ofensiva contra a exposição dos crimes da burguesia. Acusou o Ministério Público Federal de ser conivente com o descontrole da PF, mesmo que desta vez estivesse sob o comando do diretor-geral, Luiz Fernando Correa, que reprimiu o delegado Protógenes e prometeu rigor na lei. Condenou a autorização do juiz federal De Sanctis a PF de vasculhar o escritório de advocacia interno à empresa, considerado pela OAB território livre dos advogados. Os partidos da oposição acusaram a PF de uso político, uma vez que vazou informações sobre o DEM, PSDB etc e poupou o PT. Arthur Virgílio, senador do PSDB, ameaçou denunciar falcaturas na Petrobrás e abrir uma CPI. Imediatamente, os jornais noticiaram possível fraude com os royalties do petróleo, envolvendo Victor Martins, irmão do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, amigo íntimo de Lula, Franklin Martins. Estava armado o contra-ataque geral em defesa da Camargo Correa e de todos seus comandados no parlamento, no executivo e no legislativo.

As denúncias de um poder contra o outro acirrou o ânimo no interstício da burocracia estatal. Era necessário conter a guerra verbal, as propostas de controle externo da PFe o descontentamento com o sobressaído STF. Se o governo Lula não consegue impor a férrea centralização dos poderes e disciplinar a política burguesa, a saída estava e está em estabelecer um acordo com Gilmar Mendes, José Sarney e Michel Temer. Em ato conjunto para ordenar a desordem realimentada pelo caso Camargo Correa, assinou-se um compromisso dito democrático, que deverá ser enviado ao Congresso em forma de lei. O Pacto Republicano dos três poderes não é senão uma ação conjunta para proteger os negócios e os crimes da burguesia.

Lula, em mais um caso de podridão dos capitalistas e de seu Estado, se mostra o estadista das grandes causas burguesas.

Do lado oposto, estão a classe operária, os camponeses e a juventude oprimida. Não devem se arrastar por trás das frações burguesas em choque. Devem por em pé seus Tribunais Populares, para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta. A decadência da burguesia e de suas instituições mostra a necessidade da revolução proletária. A vanguarda tem o dever de se organizar no partido revolucionário e empunhar o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. A revolução soterrará o pântano fétido do capitalismo, varrerá a política dos pactos de corrupção e iniciará uma nova vida para as massas, hoje famintas.

13 anos do massacre de Eldorado dos Carajás

Violenta repressão sobre os sem-terra do Pará

O governo Lula já está na metade de seu segundo mandato. No primeiro, justificou que recebeu uma “herança maldita” e, por isso, teve de “arrumar a casa”. No segundo, trata as reivindicações dos camponeses sem-terra a conta-gotas. As punições aos mandantes da chacina do Pará, 17 de abril de 1996, que tanto discursou no passado, têm se tornado letra-morta. A política do governo é de proteção ao agronegócio, que é o carro-chefe das exportações e fonte do superávit comercial. Com a queda das exportações para os mercados europeus – Alemanha, Itália, França, Inglaterra – Lula tratou de reforçar as vendas para a China, Índia, Coréia do Sul e Arábia Saudita e subsidiar o setor com dinheiro público para que se proteja da crise econômica. Na crise ou na época de crescimento econômico, o agronegócio ocupou o centro da política governamental. No entanto, com a crise, o agronegócio, entre setembro e fevereiro de 2009, destruiu 153 mil postos de trabalho. Aumentando assim o número de trabalhadores do campo desempregados, que se somam aos milhares de camponeses sem-terra.

O movimento camponês está obrigado a pressionar o governo por meio das ocupações de terra e de repartições públicas, que executam a política agrícola. Nesse momento, protagoniza a jornada “Abril Vermelho”. Em quase todos os estados, grupos de acampados ocuparam fazendas improdutivas ou terras que já foram destinadas à reforma agrária.

No Pará, os camponeses foram violentamente reprimidos pelos jagunços da fazenda Castanhais, da Agropecuária Santa Bárbara, pertencente ao grupo do corrupto Daniel Dantas. Os sem-terra foram baleados. A polícia militar do Pará de pronto se deslocou para o local para garantir a propriedade do banqueiro, a mando

da governadora Ana Júlia do PT. A imprensa distorceu os fatos, para fazer a campanha de criminalização dos sem-terra, com os falsos argumentos de que jornalistas e advogada foram mantidos como reféns pelo MST. O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela punição aos integrantes do movimento e por validar a lei de suspensão das vistoriais de fazendas para fins de assentamentos. Certamente, os sem-terra serão punidos e os responsáveis por balar os camponeses ficarão impunes. Essa história de massacre e repressão ao MST no Pará não é de hoje. Os exemplos de Eldorado dos Carajás e de dezenas de lideranças assassinadas testemunham o quanto os latifundiários, madeireiros e o agronegócio dominam o estado e a política nacional. Nos treze anos de Eldorado dos Carajás repete-se a violência das milícias armadas dos fazendeiros.

Em Pernambuco, o MST já ocupou cerca de dez fazendas, usinas e engenhos. Quase 1.500 famílias exigem assentamentos e condições de existência para os trabalhadores já assentados. Em Alagoas, o protesto foi contra a exploração da empresa privada de minérios, Vale Verde. Na Bahia, manifestantes ocuparam a sede da Secretaria da Agricultura para pressionar o governo petista, Jacques Wagner, a cumprir a promessa de 2007 – vistoria de áreas em todo o estado, construção de estradas e melhorias nos assentamentos. Quase mil famílias ocuparam também terras devolutas, utilizadas para a plantação de eucalipto pela empresa de celulose Veracel. Em Goiás, as 2500 famílias acampadas exigem que o Incra cumpra o assentamento de 1400 famílias, previsto para 2008. Em Minas Gerais, uma ação coordenada pelo MST, Brigadas populares e pelo Fórum de Moradia do Barreiro ocupou um terreno abandonado e exi-

ge a posse. No Mato Grosso, centenas de camponeses realizaram um marcha pela reforma agrária e pelo emprego. Denunciam a miséria nos assentamentos e a existência de 3 mil famílias vivendo à beira das estradas. No Rio de Janeiro, encontram-se cerca de 3 mil famílias acampadas à espera do assentamento e exigem medidas urgentes por parte dos governos. Denunciam o corte de 30% do orçamento federal destinado para a reforma agrária. Em São Paulo, os camponeses ocuparam fazendas, cobram resoluções sobre as fazendas já vistoriadas, exigem escola, transporte e posto de saúde para o assentamento Mario Lago e denunciam empresas que exploram áreas desapropriadas. Estima-se que 12 mil famílias estão à espera dos assentamentos. No Rio Grande do Sul, mais de duas centenas de famílias ocuparam a fazenda São João D’Armada, considerada improdutiva pelo Incra, mas que não foi desapropriada. A Brigada Militar reprimiu a Marcha Rumo ao Latifúndio, em São Luiz Gonzaga.

A jornada de abril ainda não se encerrou. As ocupações mostram o método para se alcançar a terra. Denunciam a morosidade do governo Lula em assentar as famílias e os cortes de recursos à política de reforma agrária. E revelam o caráter de classe do governo Lula, de proteção à propriedade privada, de manutenção das leis repressivas contra as ocupações, das impunidades aos assassinos de camponeses e do uso do aparato militar. Mas têm a limitação de utilizá-las (ocupações) como pressão para que o governo apresse os assentamentos prometidos. Não têm o objetivo de ocupar pela via da expropriação. Sem romper com essa orientação, o movimento camponês que tem radicalizado e sofrido uma brutal repressão, não poderá dar um passo no sentido de pôr em prática a reforma agrária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Programa e tática da classe operária frente à crise capitalista

Natureza do Programa de Transição

As reivindicações elementares do proletariado e dos demais explorados são o ponto de partida da luta, que os leva a se chocar com o capitalismo e a colocar a tomada do poder pela revolução. Assim explica Trotsky: “É preciso ajudar as massas no processo da sua luta cotidiana encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista”.

Como se vê, o problema se resume a que o partido marxista está obrigado a trabalhar no seio das massas com o programa que não separa as reivindicações elementares de proteção da vida dos explorados da tarefa socialista de destruição da sociedade burguesa. A revolução social põe abaixo o Estado burguês, portanto a ditadura de classe da burguesia, e transforma a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

O proletariado tem de se elevar à altura dessa tarefa. Sua organização e politização, no entanto, estão muito aquém desse objetivo. Terá de superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a sua imaturidade política. O Programa de Transição é um instrumento para isso.

O reformismo, ao contrário, isola o “programa mínimo” (as reivindicações elementares) do programa máximo (socialista). O estalinismo passou a fazer o mesmo. Pressupõe-se que haverá uma etapa de lutas por reformas e que o acúmulo de conquistas criará as condições para a chegada do socialismo. Rompem-se assim os elos entre a luta presente pelas reivindicações elementares com a estratégia socialista. O capitalismo da época monopolista não só não tem como atender o programa mínimo como ataca sistematicamente as condições de existência das massas. Assim, o reformismo desvia o combate dos explorados e os subordina às decisões dos monopólios.

O Programa de Transição parte da constatação histórica do esgotamento do capitalismo e da ação reacionária em toda linha da classe burguesa. Proclama: “A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo”. Para isso, considera que as reivindicações do proletariado – e mesmo da pequena burguesia –, que de fato impulsionam as massas se defendem da exploração, levam a luta para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês. Eis por que é parte do Programa de Transição o combate ao reformismo e ao centrismo, que em nome da consciência atrasada do proletariado defende as reivindicações possíveis de serem atingidas no momento.

O partido atua sobre o instinto de revolta dos operários, extrai as reivindicações que os mobilizam e os unificam e as integram em um sistema de reivindicações transitórias, de forma que cumpra o objetivo estratégico de combate sistemático das massas ao capitalismo. Trotsky, que redigiu o programa da IV Internacional, usou a figura de uma “ponte” entre as reivindicações elementares e as tarefas da transformação socialista para evidenciar a unidade do programa revolucionário. Dessa maneira, tornou gráfica a natureza do programa marxista, que não separa as reivindicações mínimas das máximas e, ao mesmo tempo, identifica o ponto de partida e de chegada. Eis a definição: “a IV Internacional propõe um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS cujo sentido é o de dirigir cada vez mais aberta e resolutamente contra as bases do regime burguês”.

O programa para ser encarnado pelas massas depende do trabalho marxista, que atenta para “todas as questões de tática, mesmo que pequenas e parciais”. Justamente porque o programa de transição implica a tarefa de desenvolver as posições socialistas de derrubada do poder burguês é que toda e qualquer luta, toda e qualquer reivindicação de proteção dos explorados, por mais restrita que sejam, têm importância.

Escala móvel das horas de trabalho

Neste ponto, o Programa de Transição começa explicando que diversas reivindicações parciais surgem a cada momento da exploração e das condições de apodrecimento do capitalismo, e que devem ser incorporadas na luta. O partido deve ser capaz de identificá-las e colocá-las a serviço dos explorados. Mas tem de se dirigir por “dois males econômicos fundamentais nos quais se resume a absurdidade crescente do capitalismo, isto é, o **desemprego e carestia de vida**.”

A resposta a esses dois problemas “exigem palavras de ordem e método de luta generalizada. O Programa de Transição reivindica **TRABALHO** e uma **EXISTÊNCIA DIGNA** para todos. Trata-se, portanto, de males que afligem o conjunto dos explorados e que só podem ser combatidos por reivindicações abrangentes. Já não se trata de reivindicações parciais, limitadas a esta ou àquela camada da população ou a esta ou àquela situação particular. Logo as reivindicações e o método conduzem à unidade geral dos explorados.

Frente ao desemprego crônico, às demissões que engrossam o exército de desempregado e à miséria crescente das massas, a reivindicação que corresponde é **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**. “Os sindicatos e outras organizações de massa devem ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. *O trabalho disponível será repartido entre todos os trabalhadores existentes, é assim que será determinada a duração da semana de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho.*”

Em relação à carestia, o programa de transição defende que os capitalistas assegurem o **salário mínimo** necessário a todos e que seja automaticamente reajustado conforme a inflação e a carestia, por meio da **ESCALA MÓVEL DOS SALÁRIOS**.

Conclusão: “*Nenhum outro programa pode ser aceito para o período catastrófico atual*”.

Possibilidade ou Impossibilidade

O reformismo – e em certo sentido a esquerda centrista – alega que a escala móvel das horas de trabalho e o salário mínimo vital com escala móvel de reajuste são fora da realidade econômica. Assim, rejeita e combate-as. Ao se apegar na idéia de que é preciso defender a reivindicação possível, na realidade, procura a via de conciliação com os exploradores.

No Programa de Transição, Trotsky alerta para o fato dos capitalistas alegarem “impossibilidade de satisfazer essas reivindicações”. Responde: “A possibilidade ou impossibilidade de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma relação de força que não se pode resolver senão pela luta.”

As bandeiras de escala móvel de trabalho e de reajuste salarial, bem como de salário mínimo vital, são extraídas da necessidade dos

explorados se livrem da miséria e da fome. Em razão disso, contrapõem-se à necessidade da classe capitalista de defender seus lucros, sua acumulação de riqueza e suas propriedades. Aqui, está o antagonismo entre propriedade privada dos meios de produção e miséria das massas. Essa lei econômica deve ser entendida e usada pelo proletariado. Possibilidade ou impossibilidade servem aos defensores da propriedade e da exploração.

O Programa de Transição conclui: *“Esta luta, quaisquer que sejam os seus sucessos práticos imediatos, será a melhor maneira de levar os operários a compreender a necessidade de liquidar a escravidão capitalista.”*

A crise atual e o Programa de Transição

As centrais e os sindicatos transformaram-se em corporações contrárias à tarefa de unir a classe operária. A estatização das organizações operárias chegou a tal ponto que nem mesmo as reivindicações parciais são defendidas. A burocracia dirigente se integrou completamente à política da classe capitalista, de seu Estado e de seus governos. Desfiguraram-se a tal ponto os sindicatos que estes vêm atuando como linha auxiliar das instituições burguesas.

O capitalismo se decompõe a olhos vistos, as massas sobrevivem na pobreza e todo tipo de sofrimento lhes é imposto. O desemprego, o subemprego, o trabalho flexibilizado e a instabilidade constante são motivos mais do que suficientes para as organizações sindicais se lançarem à mobilização e organização coletivas. Mas a burocracia faz o contrário: evita que os operários construam na luta por suas reivindicações a solidariedade de classe.

A defesa do emprego a todos e o salário mínimo vital permitem aos trabalhadores a unidade necessária para combater a pobreza, a indigência e a fome. Essa é a base para o proletariado elevar sua consciência coletiva de classe produtiva e espoliada, de classe que exerce a produção social e que se acha submetida às relações capitalistas de propriedade. Depende, portanto, do programa anticapitalista (programa de transição) e de uma direção revolucionária.

À semelhança com o passado, quando foi redigido o Programa de Transição, temos que a “orientação das massas está determinada, por um lado, pelas condições objetivas do capitalismo putrefato; por outro, pela política de traição das velhas organizações operárias”. A crise que explodiu em setembro do ano passado expõe a putrefação do capitalismo mundial e as suas bárbaras conseqüências. Retoma as premissas do período pré-guerra de 1945. A velha burocracia continua a comandar na Europa, nos Estados Unidos e Japão.

No Brasil, forjou-se uma nova burocracia, nascida sob a ditadura militar e desenvolvida no atual período democrático burguês. Bem entendido, uma nova burocracia que reproduz a velha burocracia sindical internacional.

Mas não se pode limitar a caracterização nesse ponto. Das duas forças determinantes da orientação das massas, o Programa de Transição conclui: “Destes dois fatores, o decisivo é, sem dúvida, o primeiro: as leis da história são mais poderosas que os aparelhos burocráticos.”

Temos enfrentado a situação em que os capitalistas brasileiros destroem maciçamente postos de trabalho, depois de um período de seis anos de recuperação econômica e diminuição das taxas de desemprego. Nesses seis anos, a burocracia se tornou profundamente governista, desenvolvendo as tendências estatizantes da política de conciliação de classe. Já sob o governo FHC, a CUT que comparecia opositora, expressando os objetivos eleitorais do PT, não se lançou a

unir empregados e desempregados, quando, em fins anos 90, dez milhões de postos haviam sido destruídos pela crise. O PT, dirigente da CUT, integrou-se à democracia burguesa a ponto de colaborar com as reformas neoliberais de FHC (privatizações, reforma da previdência, flexibilização do trabalho etc). A Força Sindical se comportava francamente como agentes governistas.

Na presente situação, os forcionistas negociam abertamente a redução de salários e os cutistas o fazem por debaixo do pano, procuram esconder inúmeros acordos de redução de salários, banco horas, PDVs com a bandeira de defesa dos direitos trabalhistas. Nos seis anos de recuperação, ambas as tendências da burocracia dominante não fizeram senão assinar acordos de flexibilização e se negar a defender aumentos salariais. A classe operária não teve como aproveitar a situação favorável para as reivindicações e para a luta grevista. Desarmada, foi tomada pela crise.

A burocracia imediatamente atuou de mãos dadas com a Fiesp para evitar que a revolta se transformasse em movimento geral. Passou a convencer os trabalhadores de que a redução salarial é o melhor frente às demissões. Não parou aí. Lançou-se na defesa da redução das taxas de juros, do spread, dos subsídios, das isenções ou redução de impostos aos industriais. A burocracia da CUT e Força Sindical, seguida da CTB estalinista, mostrou-se, neste primeiro ataque patronal, constituir um forte aparato de contenção da revolta dos explorados.

A Conlutas é uma organização recente, fruto da divisão da CUT, encabeçada pelo PSTU. Sofreu um primeiro teste. Não se mostrou suficientemente capaz de dirigir uma fração da classe operária contra a ofensiva dos exploradores. Isolada, não pôde encabeçar uma resistência em São José dos Campos. As demissões vieram e os operários não saíram em defesa do emprego. A Conlutas, no entanto, teve o mérito de não aceitar acordos de redução salarial. E a vitória estrondosa nas eleições do Sindicato Metalúrgico de São José, em plena crise e demissões, contra as chapas da CUT e Força, refletiu a confiança dos operários. Indica que não saíram em luta por condenar a posição do sindicato de não fazer acordo de redução salarial. Tudo indica que prevaleceu o medo dos metalúrgicos frente ao terror patronal das demissões. Neste ponto fundamental, a política desenvolvida pela Conlutas/PSTU não ganhou a confiança dos trabalhadores. Essa contradição é passível de explicação.

Reconhecemos que não se trata de uma situação simples. E que precisa ser explicada. A debilidade da nova organização que pretende derrubar a poder da burocracia estatizante ou romper sua hegemonia ficou evidente. Lembramos que o POR se opôs e se opõem à divisão da CUT e defende a constituição de uma fração revolucionária, portanto programática. Não é o caso de retomar a divergência inicial, mas submetê-la ao crivo dos acontecimentos presentes.

O ponto fundamental não se encontra na fraqueza organizativa da Conlutas, mas justamente nas respostas e bandeiras frente à crise estrutural do capitalismo. As bandeiras “redução da jornada, sem redução salarial”, “estabilidade no emprego”, “em defesa dos serviços públicos” e “reestatização da Embraer”, sem dúvida advêm da situação e devem ser agitadas. Mas não respondem à defesa geral da vida das massas. A “redução da jornada, sem redução salarial” se limita a responder à pretensão dos capitalistas de reduzirem os salários, como contrapartida à redução da jornada. Está aí por que não se quantifica a redução (de 44 para 40 (CUT), de 44 para 36 (Conlutas). Ocorre que tais reduções não empregariam a todos. Milhões continuariam desempregados e subempregados. A Conlutas, ou seja sua direção, o PSTU, se nega a assumir a bandeira de ESCALA MÓVEL DAS HO-

RAS DE TRABALHO, que por sua vez só tem sentido e validade fazendo parte de um conjunto de medidas de defesa da vida das massas e de combate ao capitalismo.

Os marxistas estão obrigados pela crise mundial e pela particular ofensiva do patronato contra as massas a lançar nas fábricas, repartições, comércio, bairros, escolas e ruas a propaganda e a agitação em torno de um conjunto de reivindicações e apresentar meios e métodos de luta. Frente às demissões, GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA. Frente à proposta patronal de redução dos salários: CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E ABERTURA DA CONTABILIDADE. Frente ao desemprego: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO SALARIAL. Frente à miséria, à fome, às doenças, à criminalidade, ao analfabetismo: SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE. Frente às fábricas que fecham ou demitem em massa: ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE COLETIVO DOS TRABALHADORES. Frente aos bancos, financiadoras, fundos, seguradoras, responsáveis pela especulação e quebras: EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DO BANCO ESTATAL ÚNICO E PROTEÇÃO DOS PEQUENOS POUPADORES. Frente à perda das pequenas propriedades, expulsão das terras e da miséria dos sem-terra: EXPROPRIAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS E NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS, PROTEÇÃO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, ACESSO DOS CAMPONESES EXPULSOS À TERRA. Não se pode em hipótese alguma deixar de trabalhar pela aliança operária e camponesa.

Sem dúvida, não seremos conseqüentes sem observar por onde começa a luta, que só os explorados nos dirão. A tática e os meios disponíveis para a mobilização de massa são condições imprescindíveis para organizar o combate. Mas por mais parcial que seja a reivindicação exigida inicialmente pelos trabalhadores, é necessário propagandear o programa de enfrentamento da crise e trabalhar para que o proletariado o encarne. É inaceitável a Conlutas oferecer uma canoa aos naufragos diante do mar revolto. Para que servem os sindicatos sob o capitalismo monopolista que se desintegra? Para defenderem os explorados de conjunto da barbárie e auxiliar a classe operária a tomar a direção da revolução social. Embora não sejam um partido e nem possam substituí-lo, têm de ter em seu comando uma política revolucionária. E se não cumprem a tarefa de impulsionar a revolução? Inevitavelmente, serão anulados pela burguesia, destroçados e burocratizados. Ou seja, servirão de linha auxiliar da política contra-revolucionária. Referimo-nos aos sindicatos da Conlutas, uma vez que a esmagadora maioria cutista, forcista, cetebista etc estão estatizados pela política pró-capitalista da burocracia.

Frente única Sindical

É parte da situação, a tarefa de denunciar e enfrentar os aparatos burocráticos. Sem a quebra do poder da burocracia, o instinto de revolta do proletariado é sufocado a cada instante.

Que exigências são colocadas para a vanguarda revolucionária? 1) ter claro que a crise é histórica e que as soluções conjunturais apresentadas pela classe capitalista resultam em barbárie; 2) responder com o programa de transição; 3) colher os anseios dos trabalhadores, armá-los por meio das reivindicações e transformá-los em luta anticapitalista; 4) unir os trabalhadores em uma frente única.

A divisão aparelhista do movimento sindical entre várias centrais representa um poderoso obstáculo à luta unitária. Expressa a política burguesa de fragmentar a classe operária e constituir o corporativismo. A burocracia é produto da influência do Estado sobre as

organizações dos trabalhadores, do atraso político da classe operária e da pequena camada acomodada pelos salários mais elevados. Os burocratas se dividem não só em função das variantes da política burguesa, mas também em virtude de interesses próprios de casta privilegiada.

O nascimento da CUT, impulsionado pelas greves da década de 1980, foi combatido pela ala que veio a constituir a Força Sindical e inicialmente pelo estalinismo (PCdoB), que só mais tarde aderiu à Central, vindo a cindi-la recentemente. Outras cisões ocorreram no campo da burocracia anticutista. Não há como desvincular a cisão provocada pelo PSTU que levou à Conlutas desse processo de estilhaçamento das organizações sindicais, oposto à tarefa revolucionária de centralizar regional e nacionalmente o proletariado e as massas em geral. As justificativas são distintas, mas a cisão organizativa, não.

A defesa da frente única sindical para combater as demissões e o desemprego se impõe. Deve ser feita no seio dos explorados, divulgando o programa de reivindicações transitórias e de rejeição da política de conciliação. Enquanto a burocracia tiver no comando das negociações e na contenção do descontentamento dos trabalhadores, não será possível uma frente sindical de enfrentamento com a patronal e seu Estado. O trabalho revolucionário consiste em propagandear e agitar as reivindicações e manter sob severa crítica as posições da CUT, Força etc. A suposição de uma frente sindical de enfrentamento às demissões nesta circunstância resulta em uma fraude. A burocracia admite e necessita de uma frente de aparatos para pôr em marcha sua política de solução capitalista para a crise. Não só não devemos aceitar essa condução como devemos denunciá-la e rechaçá-la perante os explorados.

A experiência do dia Nacional de Luta (30/março) comprova essa nossa compreensão. Eis as razões: 1. Não expressou uma ampla campanha de defesa do emprego entre as massas; 2. A convocatória mesclou reivindicações patronais (redução dos juros) com as dos operários (redução da jornada sem redução dos salários); 3. No seu comando estava a CUT e Força que fizeram acordos de redução dos salários. 4. No dia seguinte, nada mais foi feito. A Conlutas saudou o dia 30 como a “unidade na ação” entre as centrais. Que ação? Um ato restrito aos aparatos e à vanguarda, que a burocracia usou para levantar a bandeira da redução dos juros? Por esse caminho, não haverá unidade que leve à resistência e à vitória contra a onda de demissões, como imagina José Maria, dirigente da Conlutas e do PSTU.

A Conlutas assinou a convocatória que defende a redução dos juros. Alguém pode refutar: foi uma concessão necessária e limitada a uma bandeira ambígua, que interessa tanto ao industrial endividado quanto ao assalariado pendurado nos carnês. Não é correta tal justificativa. Uma frente sindical não deve constar uma só bandeira patronal. Mais ainda, não se trata de uma única bandeira, trata-se da bandeira da Fiesp e que compõe a frente burguesa industrial e comercial para que o governo proteja seus capitais, pressionando os banqueiros a moderarem sua lucratividade, e conceda vantagens, como redução de impostos etc. Pior ainda: no manifesto da Conlutas não aparece a bandeira de “redução dos juros” e também não a rechaça, apenas a omite. Quanto à reivindicação de não redução do salário, o PSTU não denuncia o cinismo da burocracia, que a contraria a todo o momento. E por quê? Porque a Conlutas não pode rechaçar e nem criticar aquilo que assinou na convocatória.

Não se deve confundir uma frente sindical impulsionada pela pressão das massas que aspiram a unidade na luta com uma frente burocrática pró-patronal. A direção da Conlutas trocou gato por lebre;

e não por acaso. Necessita apresentar o Dia Nacional de Luta como uma conquista da Conlutas, de forma a convencer a si própria de que hoje é uma realidade, que faz parte das demais centrais. De fato, acabou por se arrastar por detrás da burocracia cutista e forcionista.

A tática faz parte do programa. Materializa a independência político-organizativa diante da burguesia, expressa a luta de classe do proletariado e conduz à unidade dos explorados.

Construir o Partido- programa

A ausência de um poderoso partido marxista-leninista-trotskista implantado no proletariado explica as dificuldades em responder à crise com o Programa de Transição. A construção do partido-programa é a tarefa impostergável. A decomposição do capitalismo favorece

Por um Primeiro de Maio sob as bandeiras da Classe Operária

Não teremos um 1º de Maio unitário, sob bandeiras operárias, combativo e de massa. Nem mesmo a crise e as demissões em massa obrigaram as Centrais a convocar em conjunto uma grande manifestação de massa. O que mostra a farsa da frente única do Dia Nacional de Luta, de 30 de março.

A Conlutas não se importou em travar a luta contra a burocracia divisionista em defesa de um 1º de Maio unitário. Não usou a bandeira de que “a CUT rompa com o governo” e convoque o 1º de Maio classista. Desconheceu, que as Centrais governistas comandam a maioria e os mais importantes sindicatos do País.

Mais uma vez, a CUT, Força Sindical etc farão a surrada festa do dia do trabalhador. Quanto mais fome e miséria das massas, mais “pão e circo”.

E a Conlutas? No mais importante centro industrial – São Paulo – faz a convocatória frentista, encabeçada pelo Fórum das Pastorais Sociais e CEBs da Arquidiocese de São Paulo, cuja atividade inicial é a tradicional “Missa dos Trabalhadores”. As bandeiras não poderiam ser as mais genéricas: “Os trabalhadores não vão pagar a crise! Emprego, salário, moradia, terra e direitos sociais”. Assim, em plena crise a classe operária passará o 1º de Maio como um feriado.

A vanguarda militante, acompanhada de um pequeno contingente de explorados e da juventude, protestará contra as demissões e a política do governo de auxiliar banqueiros e multinacionais. A CUT montará seu palco musical, atraindo uma multidão de jovens. A Força Sindical fará seu “baú da felicidade”, com sorteios milionários para as famílias operárias.

Está aí o retrato da crise de direção mundial, que se abriu com a degeneração estalinista do partido bolchevique, construído por Lênin e continuado por Trotsky. A classe operária está desarmada de sua principal arma: o Partido Mundial da Revolução Socialista. A burocracia sindical tomou conta das organizações de massa e as dividiu segundo seus interesses de casta. Portanto, a classe capitalista está com as mãos livres para demitir em massa, manter milhões e milhões no desemprego crônico e se socorrer da barbárie frente à crise do capitalismo.

Em cada luta, em cada ato, em cada conflito, está colocada a tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário.

Ou a classe operária começa a superar a crise de direção, ou a barbárie avançará. A bandeira de Rosa Luxemburgo “Socia-

a sua edificação. A vanguarda deve assimilar o programa marxista, aprender com as experiências internacionais, compreender as particularidades da revolução no Brasil e elaborar o programa.

O reformismo está marcado pela traição histórica. O centrismo, pela impotência pequeno-burguesa, é incapaz de se constituir em partido-programa.

Não há problema do capitalismo em decomposição que escape à necessidade da classe operária superar a crise de direção, que se abriu com a destruição do partido bolchevique e da III Internacional. No fogo da crise em andamento, a vanguarda tem a tarefa de identificar o marxismo, não confundir-lo com o centrismo e trabalhar pela construção do partido-programa, que é o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

lismo ou Barbárie”, de uso corrente entre as esquerdas, tem de ser concretizada na luta pela construção do partido-programa no seio do proletariado.

É parte dessa tarefa o enfrentamento com a burocracia, com as divisões impostas às organizações sindicais e com as deformações da esquerda centrista.

A bandeira de 1º de Maio proletário, unitário, de massa e de combate é uma exigência diante da situação em que a burocracia divide os trabalhadores e substitui suas necessidades por “pão e circo”. CUT, Força Sindical, CTB e congêneres dirão Não, dirão que o melhor caminho é negociar o rebaixamento dos salários para manter empregos, dirão que suas bandeiras são “redução das taxas de juros”, redução de imposto e apoio financeiro aos capitalistas.

Nós os denunciaremos diante da classe operária, diremos que são traidores, que dividem os trabalhadores, que não querem lutar, que estão submetidos ao governo Lula. Diremos que a crise exige uma verdadeira frente única sindical e um programa de luta radical em defesa do emprego e do salário.

Nada de festas! Nada de missas! Organizar um 1º de Maio de combate! Está colocado:

Frente às demissões, GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA. Frente à proposta patronal de redução dos salários: CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E ABERTURA DA CONTABILIDADE. Frente ao desemprego: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO SALARIAL. Frente à miséria, à fome, às doenças, à criminalidade, ao analfabetismo: SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE. Frente às fábricas que fecham ou demitem em massa: ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE COLETIVO DOS TRABALHADORES. Frente aos bancos, financiadoras, fundos, seguradoras, responsáveis pela especulação e quebras: EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DO BANCO ESTATAL ÚNICO E PROTEÇÃO DOS PEQUENOS POUPADORES. Frente à perda das pequenas propriedades, expulsão das terras e da miséria dos sem-terra: EXPROPRIAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS E NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS, PROTEÇÃO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, ACESSO DOS CAMPONESES EXPULSOS À TERRA. Não se pode em hipótese alguma deixar de trabalhar pela aliança operária e camponesa.

Campanha contra as demissões na Embraer

Ato de lançamento do Comitê pela reestatização da Embraer

Durante o movimento contra as 4.270 demissões ocorridas na Embraer, a Conlutas convocou as Centrais Sindicais e movimento populares para a constituição de um Comitê pela reestatização da empresa e readmissão dos demitidos. O primeiro ato realizou-se na Câmara Municipal de São José dos Campos. No dia 15 de abril, foi lançado o Comitê na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A luta contra as demissões na Embraer não teve força para impor a readmissão. O retorno ao trabalho dependia da mobilização não só da Embraer, mas do conjunto da classe operária. Isso não ocorreu, o movimento ficou isolado e caminhou para as decisões judiciais. O julgamento do TRT, que aceitou a proposta patronal, foi contestado pelo TST, livrando a empresa de pagar cerca de um mês a mais de salário. No Jornal Massas 371, fizemos um balanço e apontamos as dificuldades em transformar a luta da Embraer em resistência do proletariado contra a destruição de postos de trabalho.

O Comitê pela reestatização fez um ato em São Paulo, que contou com 200 pessoas, na maioria dirigentes sindicais, militantes da Conlutas e PSTU. Foi presidido pelo presidente do sindicato de São José dos Campos, Vivaldo Moreira e por Nivaldo Santana (PCdoB). Foram convocadas todas as Centrais, inclusive a Força Sindical, que não compareceu. Compuseram a mesa a CTB (PCdoB), CUT (PT) e Conlutas (PSTU).

Depois das colocações históricas da luta na Embraer, feita pelo ex-presidente do sindicato (Índio), foi apresentado um vídeo, que trazia a luta contra a privatização da Embraer (1994) e as manifestações ocorridas contra a violenta demissão dos 4.270 trabalhadores. Os que compuseram a mesa utilizaram a palavra para denunciar a privatização e os altos subsídios, concedidos pelo Estado à Embraer.

Plínio de Arruda Sampaio (PSOL)

mostrou a dificuldade na criação da Embraer pelo Estado, a obtenção de mercado e, em seguida, a privatização. Disse que 70% da empresa se encontram sob o controle de grupos estrangeiros. Enfatizou que a crise econômica poderá transformar a estatal em subsidiária de uma das três maiores empresas de aviação do mundo, Boeing, Airbus e Bombardier. E colocou-se pela campanha de reestatização.

O PCdoB, depois das denúncias da privatização, apresentou como resposta às demissões a exigência de mudanças na política econômica de Lula, entre elas a redução de juros e do spread bancário.

Julio Turra – dirigente do O Trabalho, falou pela CUT – denunciou a fábula de dinheiro público que os governos têm usado para socorrer os bancos e empresas, mostrou que a crise econômica é estrutural e que a “solução para a Embraer não é exportar”, porque o “mercado externo está em recessão, mas “fortalecer o mercado interno”.

O representante da Intersindical disse que a defesa da estabilidade é para todos os trabalhadores e que a reestatização da Embraer é parte da luta pela reestatização de todas as empresas privatizadas.

Os dirigentes da Conlutas e PSTU criticaram o governo Lula com o argumento de que “não tem o direito de ficar torcendo pelos empregos”, mas tem o dever de editar uma Medida Provisória que garanta a estabilidade aos trabalhadores. Fez uma crítica à bandeira de redução de juros, defendida pela maioria das Centrais, e ressaltou que a reestatização é uma bandeira que une centrais, sindicatos e movimentos populares. Concluíram dizendo que reestatização permite disputar a consciência da população.

O ato de lançamento do Comitê chamou a atenção, particularmente, por dois aspectos: 1) não se levanta a

bandeira de reestatização sem indenização; 2) não se coloca a reestatização do conjunto das empresas privatizadas, e do controle operário da produção. A CUT, CTB e as outras não mexerão uma palha para pôr em pé um movimento pela reestatização.

Por onde começar a luta pela reestatização

Há quase duas décadas que os governos vêm entregando as empresas estatais às multinacionais, a bancos estrangeiros e ao grande capital nacional. Toda a legislação armada para os leilões de privatização, na qual destinava parte do dinheiro à saúde e educação públicas e que restringia a participação do capital imperialista, desfez-se da noite para o dia. A verdade é que ramos estratégicos da economia nacional passaram para as mãos dos capitalistas estrangeiros. Milhares e milhares de demissões foram feitas na ocasião das privatizações, com o intuito de torná-las mais “produtivas”. E agora com a crise aproveitam para cortar mais postos de trabalho. É o que vem ocorrendo na Vale do Rio Doce, na Companhia Siderúrgica Nacional e na Embraer.

A luta contra as demissões e pela reestatização encontra um obstáculo, que é a burocracia da maioria das Centrais sindicais. A CUT e a Força Sindical controlam 50% dos sindicatos (36,79% e 13,10% respectivamente) e se utilizam da crise econômica para selar acordos de redução salarial sem garantia de estabilidade. São Centrais diretamente vinculadas ao governo. Nos discursos, concordam com a reestatização e readmissão dos trabalhadores, mas diariamente estão implementando a política patronal. Portanto, seu apoio à reestatização e à readmissão se restringe a palavras.

A Central do PCdoB, que tem o domínio sobre 6,12% dos sindicatos, é carne e unha da CUT e do governo Lula., o que significa que não moverá

uma palha que contrarie a orientação do governo. Sequer são capazes de organizar uma campanha contra a privatização de serviços no Metrô de São Paulo, setor que dirige.

Outras centrais, CGTB, NCST e UGT, gravitam em torno ou da CUT, ou da Força, não compareceram ao ato.

Por outro lado, a Conlutas não tem expressão nacional na classe operária. A luta travada contra as demissões na GM e na Embraer foi importante por rejeitar os acordos patronais. A Conlutas entende que está jogando um papel em favor de uma frente única em torno da bandeira de reestatização da Embraer. O mesmo se passou com o Dia Nacional de Luta (30/3).

Chegou, inclusive, a assinar a convocatória com as Centrais em que consta a bandeira pró-patronal de redução de juros. Vemos que as Centrais pró-Lula aceitaram o ato unificado do dia 30 porque não havia possibilidade de se transformar em ataque à burguesia e ao governo. A reestatização da Embraer é impensável pelo governo que subsidia os capitalistas e os protege na sua ofensiva contra os empregos.

Um movimento sério e consistente pela reestatização começa por ter as bandeiras claras, a quem dirigi-las, como trabalhá-las no seio das massas e com que forças contar. Mas a Conlutas evita a precisão justamente porque entende que uma frente única depende de aliados que não admitem defi-

nições.

A defesa da reestatização da Embraer deve fazer parte da bandeira geral de reestatização, sem indenização e sob o controle operário. Deve ser dirigida como exigência ao governo e, por isso, é necessário deixar claro que este é protetor do grande capital. Constituir comitês de agitação e propaganda de base. Realizar uma campanha massiva, que inclua as bandeiras contra as demissões, emprego a todos e defesa do salário. Ter claro que a CUT, Força, CTB e outras boicotarão a campanha. Estas só virão para uma frente única sob pressão das massas. Combater as tentativas de institucionalização parlamentar da defesa da reestatização.

Rondônia

Operários da Odebrecht protestam contra as demissões e se unem com os desempregados

Mal começa a construção das usinas, os operários da Odebrecht sentem a ofensiva patronal contra os empregos e as condições de vida.

Neste início de abril, os operários da Odebrecht protestaram em frente ao escritório da empresa no centro de Porto Velho em torno das seguintes reivindicações: 1) No tocante ao salário: reivindicam aumento nos pisos salariais, equiparando-os aos salários de operários que trabalham na construção de barragens em outras regiões. Combatem a desigualdade de salários entre os trabalhadores que exercem funções iguais aqui na capital do Estado e que estão ganhando salário inferior em relação aos que vieram de outros Estados. 2) Sobre o transporte: reivindicam o aumento de número dos ônibus, para levá-los aos canteiros de obra das usinas. A superlotação e impossibilidade de embarcar têm causado penalidades - faltas registradas no trabalho. Outras reivindicações: pedido da cesta alimentação para todos, pois no momento ela só é paga para aqueles que têm postos de comando - os encarregados; assistência

médica, privilégio já estabelecido para os encarregados; Combatem o assédio moral, nome que dão atualmente à opressão de classe no trabalho, como forma de obscurecer as humilhações dos trabalhadores provocadas pelos chefes (encarregados). Exigem também a revisão do acordo coletivo e da Convenção Coletiva, cujo teor terá de ser aprovado em assembléia da categoria, com ampla divulgação da convocação, antes de serem assinados.

Papel conciliador da CUT

Diante das medidas tomadas pela empresa, a CUT apresenta como sugestão em assembléia participar das negociações com a Odebrecht e eleição de uma comissão de negociação composta pelos trabalhadores. As experiências têm mostrado aos operários que essas negociações só têm servido para que a burocracia sindical aceite as medidas patronais e para o desmonte do movimento. Um exemplo: para combater à opressão no trabalho, que dão o nome de "Assédio Moral", a burocracia defende a implantação de um "programa de conscientização".

Como se fosse possível conscientizar os patrões seus chefes na empresa de que isso não é bom e que todos devem agir com harmonia no interior das fábricas. A opressão é parte da exploração capitalista e sua eliminação se dará pelo enfrentamento da classe operária contra a classe exploradora.

Avançar na luta com nossos métodos

A luta dos operários da Odebrecht é a luta dos milhões que perderam seus empregos e da enorme massa de desempregados que tem no país. A crise econômica mundial atingiu o Brasil e os capitalistas se protegem destruindo postos de trabalho, eliminando direitos e aumentando a superexploração do trabalho. Nesse sentido, é preciso rejeitar todos os acordos assinados pela burocracia sindical que reduziram os salários, impuseram banco de horas, PDVs etc. As reivindicações dos operários da Odebrecht só serão arrancadas por meio da luta direta. Por isso, é preciso organizar a greve, ganhar as ruas e avançar nos métodos genuínos da classe operária.

“Universidade Popular” ou Programa Proletário

Num encontro de estudantes de Serviço Social dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizado no último final de semana, debateu-se o tema da *Universidade Popular*. A intenção dos organizadores era formular uma proposta alternativa ao projeto de “contra-reforma do governo Lula” como eles definem os ataques privatistas contra a universidade porque, segundo afirma: “não podemos nos limitar a criticar e negar as propostas do governo”.

Em torno à formulação do que seria a *Universidade Popular*, se organizariam as outras bandeiras como a oposição ao REUNI, PROUNI, ENADE, EAD e outras, assim como a defesa da autonomia universitária e a luta contra os aumentos das mensalidades. No essencial, entretanto, os estudantes entendem que é preciso ter um projeto **do** movimento estudantil para se contrapor ao do governo. Até a disputa em torno à ruptura com a UNE e criação de uma nova entidade ficaria num segundo plano, defendendo-se, enquanto esse problema não se define, a intervenção em todos os fóruns da UNE e do Conlute.

Trata-se, aparentemente, de um passo progressivo na medida em que se propõe a construção de um programa em lugar de uma ruptura meramente aparelhista. Entretanto, é preciso observar que este aparente avanço é comprometido pela pretensão de se formular uma proposta “alternativa”, uma vez que esta “alternativa” não se vincula a um programa revolucionário – ou seja, do ponto de vista do proletariado. Além disso, se pretende que a luta dos estudantes efetive a universidade popular em lugar das propostas do governo, ou seja, imagine-se fazê-la funcionar no quadro das atuais relações capitalistas vigentes. A proposta de “projeto alternativo” serve para negociar mudanças no quadro da universidade de classe.

As referências em que se baseia a tentativa de formular a proposta são as mais disparatadas e reveladoras da falta de clareza programática. In-

cluem desde as Universidades Populares González Prada criada na década de 1920 por Haya de La Torre no Peru; grupos anarquistas/autonomistas que enxergam a bandeira da universidade popular como a que unificou o “movimento das ocupações de reitorias”; movimento de cursinhos populares que defendem o assistencialismo aos pobres que enfrentam o vestibular e que se autodenominam “universidades populares” e até a universidade venezuelana/bolivariana de Hugo Chávez.

A universidade burguesa é caduca porque corresponde a um regime social caduco

A defesa do ensino público e gratuito, da autonomia universitária e a luta contra a privatização não podem ser tomadas como um fim em si mesmo. Devem impulsionar a luta e estruturar de fato um movimento massivo como parte de um *programa de transição*, e sua função é ajudar os estudantes a compreender que sob o domínio das relações capitalistas a juventude não encontrará na universidade um espaço para desenvolver seu potencial cultural, técnico, profissional e político. Que a universidade de um país atrasado é uma universidade atrasada, pois ela é determinada pelas relações de produção e pela política da burguesia subordinada ao imperialismo. E que, portanto, a luta dos universitários deve necessariamente ser parte da luta pela destruição do capitalismo e edificação da sociedade comunista, ou seja, colocar-se sob a perspectiva do programa da classe operária pela revolução e ditadura proletárias.

Vivemos na época do imperialismo, resultado do desenvolvimento capitalista. O capitalismo anterior à época imperialista teve um papel revolucionário na medida em que desenvolveu as forças produtivas em nível nunca antes alcançado e criou o mercado mundial. No seu atual estágio, entretanto, não tem qualquer traço progressivo, pelo contrário é um

regime que para se perpetuar precisa destruir forças produtivas em massa, seja mediante as guerras, mediante as crises ou destruir a capacidade criativa e a vida dos próprios trabalhadores. O controle da burguesia e de seus governos sobre a universidade a submete aos interesses imediatos da classe dominante e de seu sistema em decomposição.

Esta é a razão principal pela qual sob o capitalismo imperialista a universidade não pode mais ser um elemento de progresso e incremento das forças produtivas sociais. Se a esta circunstância acrescentamos a condição do Brasil ser um país oprimido pelas potências imperialistas, forçoso será concluir que no quadro da dominação vigente, o Estado Nacional não tem a finalidade de estimular o florescimento da universidade, mas, apenas transformá-la em espaço para valorizar capital e degradar a formação da juventude em níveis cada vez mais precários.

O movimento estudantil só poderá desempenhar um papel na luta política mais geral se for estruturado em torno de claras bandeiras políticas e, na sociedade capitalista, a luta é polarizada pelo enfrentamento entre a burguesia e o proletariado. Entretanto, no movimento estudantil são as correntes políticas em que se expressa a pequena-burguesia as que predominam: o estalinismo, o reformismo petista, nacionalistas, anarquistas e centristas. A idéia de que é possível reformar o capitalismo – e, portanto, reformar a universidade – expressa o ponto de vista da pequena-burguesia.

Ao contrário disto, reafirmamos que a universidade burguesa é caduca porque corresponde a um regime social caduco. E a condição para o movimento estudantil enfrentar os ataques privatistas do governo é, a partir da luta por suas reivindicações, se colocar sob a perspectiva da classe operária, quer dizer, do programa da revolução e ditadura proletárias. Lutar pelo fim da universidade de classe.

O “Projeto de Reforma Universitária” da direção da UNE

A direção da UNE apresentou no 12º Coneb da UNE, em Salvador, seu projeto de reforma universitária. Ele se insere, desde o início, como instrumento “de atuação dentro da Reforma da Educação Superior”, portanto claramente nos marcos do projeto do governo Lula. O texto serve de base para criticar alguns pontos da reforma governamental e apoiar outros; no geral é de apoio. Antes de mais nada, por isso, trata-se de um conjunto de propostas submetida à política governamental. Portanto, cada um e todos os pontos desse projeto estão inseridos no quadro de colaboração da UNE com o governo, sem qualquer traço de independência política ou autonomia.

1. Autonomia Universitária A falsa autonomia da UNE

A autonomia entendida pela direção da UNE parte de seu condicionamento à “vinculação concreta com os problemas do povo e que a ele seja prestado contas de sua produção.” Essa formulação tem por trás de si: a) o povo não está no interior da universidade – é uma aceitação da universidade elitista; b) a autonomia não é plena, mas depende de condicionantes: a vinculação e prestação de contas. Como o povo não está no interior da universidade, essa prestação de contas só pode ser entendida como uma prestação de contas ao governo ou outra instituição governamental. Na prática é o oposto da autonomia, é a admissão da intervenção dos governos na universidade.

A autonomia da direção da UNE está ligada à “necessidade de existir um financiamento regular e público”, como parte de um orçamento global do Estado e à eleição direta e paritária dos dirigentes. É evidente que se o financiamento da universidade tem origem privada, os interesses de quem paga prevalecerão sobre quaisquer outros e não haverá autonomia. Mas o financiamento público por si só não garante a autonomia também, porque o Estado, manejado pelo poder econômico, preserva seu intervencionismo na universidade. A simples eleição dos dirigentes também não garante a autonomia da universidade, ainda mais com a paridade privilegiando o voto de professores e funcionários (que têm interesses corporativos) em relação à maioria estudantil.

Em relação às universidades privadas, a direção da UNE pretende realizar a utopia da “independência das mantidas em relação às mantenedoras”. Ou seja, que os capitalistas abram mão de controlar seu capital investido e o entreguem ao controle paritário de estudantes, professores e funcionários. A direção da UNE rechaça a defesa do ensino público e gratuito para todos, aceita a existência do ensino privado e tenta efetivar a chamada “regulação do setor privado”. Como se o Estado dos capitalistas pudesse contrariar os interesses gerais dos próprios capitalistas. O fato é que a existência da propriedade privada de universidades é contraditória com sua autonomia. Não adianta reivindicar “contra a financeirização da educação e especulação na bolsa de valores” se se admite a existência do ensino privado, ou seja, da educação como mercadoria. Pretender que uma mercadoria capitalista não seja negociada nas bolsas de valores é querer que o capitalista abra mão de seus lucros. Sob o capitalismo, as mercadorias estarão sujeitas às leis de mercado capitalista. A única forma de impedir que o ensino seja tratado como mercadoria é estatizando sem indenização e colocando o ensino sob controle de quem estuda e trabalha.

Consta também das propostas da direção da UNE a “restrição

total do capital estrangeiro nas universidades pagas”. Alguns anos atrás, essa mesma direção da UNE defendia a limitação do capital estrangeiro a 30% das ações. Pois o que se viu foi que o capital estrangeiro penetrou profundamente assimilando boa parte da rede de ensino privada. E que se formaram monopólios da educação, como a Unip e a Estácio de Sá. O ensino privado cresceu em números absolutos e em relação ao ensino público. Isso ocorreu em boa parte durante o governo Lula, apoiado pela direção da UNE. Agora, assustada com os fatos, pretende excluir o capital estrangeiro dos negócios da educação superior.

Quanto à presença da idéia do chamado tripé “ensino/pesquisa/extensão” e qual sua relação com a autonomia, não se apresenta claramente. Falaremos desse “tripé” mais adiante.

Nossa posição

A real autonomia universitária não tem nada a ver com as propostas da direção da UNE. A universidade, sob o capitalismo, em geral corresponde aos interesses da classe dominante e seus governos, que atuam sobre ela impondo seus interesses através de seu instrumento, a burocracia dirigente da universidade. Sob o poder da burocracia universitária, casta de professores corrompidos pelo carreirismo e controle de verbas, não poderá existir autonomia em relação aos governos e ao poder econômico.

Os que estudam e trabalham na universidade só podem impor a real autonomia universitária em luta contra a burocracia e os governos. A constituição da assembléia geral universitária, que vem da necessidade de unidade na luta dos que estudam e trabalham, é o primeiro passo nesse sentido. Quando esse organismo de massa derrota a burocracia e alcança a soberania de decidir e pôr em prática suas decisões, constrói a autonomia da universidade em relação aos governos e à burguesia. Nesse ponto, a assembléia geral universitária delibera sobre as reais necessidades de orçamento e exige do Estado que lhe entregue as verbas necessárias ao seu funcionamento, sem nenhuma ingerência externa. Essa assembléia soberana constitui um governo universitário tripartite, submetido a ela, para executar suas deliberações.

Quanto ao ensino privado, deve ser estatizado sem indenização e colocado sob controle dos que estudam e trabalham, que com sua luta implantarão a soberania da assembléia geral universitária e a abertura das vagas à população assalariada. Somente assim poderá desenvolver a real autonomia, independizando-se das necessidades de acumulação do capital.

A população assalariada não terá de ficar de fora, esperando que os membros da universidade a façam agir em seu benefício, ou que os tomem como “referência”. A imposição do acesso a todos garantirá que os trabalhadores decidam o que fazer de dentro da universidade. Vão transformá-la profundamente, eliminando a dissociação da teoria com a prática. Estamos falando do fim da universidade de classe, e do nascimento de uma nova sociedade, socialista. A transformação profunda da universidade é parte da revolução proletária.

2. Financiamento

A direção da UNE aponta a redução das verbas públicas no período 1995-2001, mas afirma que esse quadro foi revertido durante o governo Lula, embora ainda não de forma satisfatória. Oculta que as verbas cresceram com o aumento da arrecadação, e não por uma inversão de

prioridades. Tanto é assim que se preservou a DRU, instrumento de desvio de verbas da educação para pagamento de juros das dívidas, no governo Lula. Não se reconhece que o governo Lula preserva a essência da política econômica do governo FHC.

A direção da UNE ainda reclama da desregulamentação do setor privado, que leva a aumentos de mensalidade abusivos, falta de controle e nenhuma transparência sobre as planilhas de custos. O que se propõe para controlar esses aumentos abusivos? Uma espécie de “agência reguladora” do ensino privado? Se funcionar como as demais agências, de remédios, planos de saúde ou de petróleo, servirá muito mais aos capitalistas como meio de pressão sobre o governo que o contrário. Trata-se de medidas de controle no quadro da preservação do ensino privado.

Denuncia também que o capital influencia ensino e pesquisa nas universidades públicas através das fundações. Pede o fim das fundações, mas de forma gradativa e condicionada: “passa por garantia de financiamento e participação”. A direção da UNE recusa-se a erguer a bandeira do fim imediato das fundações, teme pelas consequências.

Sua conclusão é que deve ser “fundamentalmente responsabilizado do Estado o financiamento da universidade brasileira”. Ou seja, que embora o Estado deva ser o financiador, é admissível que existam outros financiadores.

Suas propostas: a) 10% do PIB para a educação; 75% do orçamento federal da educação ao ensino superior; b) novas fontes de financiamento: 50% do arrecadado em royalties no Pré-Sal para a educação; c) transparência, controle público, abertura das planilhas das privadas e gestão participativa, fim gradativo e condicional das fundações; d) transferência do pagamento dos aposentados para o Tesouro Nacional; e) fim da DRU.

De que orçamento precisa a universidade

A fixação de um índice de 10% do PIB para a educação não corres-

Ceará

Por um Piso Nacional que corresponda ao salário mínimo vital Aprovemos a greve nacional

O Piso Nacional é uma reivindicação histórica do magistério. No entanto, a CNTE (PT/PCdoB) em conjunto com a CUT/PT e o governo Lula /PT passaram a defender um Piso rebaixado de R\$ 950,00 (hoje correspondente a R\$ 1.132,00), que não atende às nossas necessidades.

Durante o ano passado, os governistas da CNTE criaram ilusões nos professores com negociações no parlamento, audiências públicas e paralisações inócuas. Rejeitou os métodos de enfrentamento dos trabalhadores da educação contra a política dos governantes. Trabalhou sistematicamente, no Estado do Ceará, para destruir e sabotar a greve do magistério (a exemplo do que fez a APEOC no final da greve). Recentemente, os professores dos estados RN, SE e DF entraram em greve, mas a CNTE se recusou a construir a unidade do magistério.

A Lei 11.738/08, que institui o piso salarial, foi golpeada pelos governadores (CE, RS, PR, MS e SC), que entraram com uma ADI no STF questionando os aspectos legais da lei e a autonomia dos estados. Portanto, recusaram-se a cumprir uma decisão presidencial, ainda que extremamente aquém das necessidades dos trabalhadores. Como controlam o STF, este emitiu o parecer dos governos (porém, sem julgar ainda o mérito definitivo). Agora, a CNTE decidiu por uma paralisação nacional para cobrar a aplicação da tal Lei do Piso.

A Corrente Proletária tem insistido no método de luta para arrancar o piso salarial. As burocracias sindicais não se esforçaram para que os trabalhadores da educação, por meio de suas assembleias, decidissem o valor e a jornada. Ao contrário, embarcaram na Lei do Piso do governo Lula. O PSTU criti-

ponde às reais necessidades do ensino brasileiro. Trata-se de um número arbitrário (fixado pelos reformistas e centristas como “proposta da sociedade civil”), que não parte de uma avaliação das reais necessidades, que só poderia ser feita pelos que estudam e trabalham (e não de fora para dentro), e que se enquadra nas necessidades estatais de preservar os compromissos com o capital financeiro (custeio das dívidas) e com o parasitismo de bandos da burguesia sobre o orçamento público. A relação entre verbas do ensino superior e fundamental e médio também é fixada arbitrariamente. Pensa-se no que seja no que seja “possível” à educação sob o capitalismo decadente.

A busca de financiamento por novas fontes, como o Pré-Sal, é parte da política submissa ao capital: a fixação de 50% dos royalties do Pré-Sal equivale a conceder aos capitalistas a exploração das riquezas nacionais, condicionando-a a uma migalha para a educação.

As tentativas de controle sobre o capital nas universidades privadas é só uma cortina de fumaça para esconder a aceitação da mercantilização da educação. Estabelecer limites, aumentar a participação (direito a dar palpites), transparência de contas sem poder de modificar os gastos, tudo isso é uma farsa.

A transferência do pagamento dos aposentados para o Tesouro Nacional levaria a uma redução real das pensões. É uma proposta que busca recursos para a educação às custas do empobrecimento dos aposentados.

O fim da DRU é uma falsa bandeira, pois a UNE não move uma palha para lutar contra a política do governo que sustenta.

Os estudantes devem exigir do Estado que conceda a totalidade das verbas necessárias ao funcionamento da universidade, sem nenhuma ingerência externa sobre elas. Essas verbas devem ser determinadas pela assembleia geral universitária e geridas por ela. As universidades privadas devem ser estatizadas sem indenização e colocadas sob controle de quem estuda e trabalha, seu financiamento deve ser público e determinado pela mesma assembleia geral universitária.

(continua)

cou o valor do Piso, mas concordou com a outra parte da Lei que estipula a 1/3 para atividades extra-classe. O POR defende que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, que segundo os nossos cálculos é de R\$3.500,00. No nosso caso, que nenhum professor receba menos que esse valor e que a jornada seja reduzida aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Isso porque queremos unir empregados e desempregados, professores e demais explorados. A defesa do emprego e do salário une a maioria dos trabalhadores para enfrentar a ofensiva patronal e governamental de destruição de postos de trabalho e aumento da superexploração. Por isso, critica as paralisações de faz de conta e exige que os sindicatos convoquem assembleias e aprovem a ofensiva nacional dos trabalhadores da educação em defesa de suas reivindicações.

Estado: Governo e SEDUC atacam e direções sindicais não encampam a luta

O governo Cid/PT/PSDB vem aprofundando seus ataques aos servidores da educação com o rebaixamento salarial dos professores do antigo telensino (retirou os 20% de gratificação de atividades extraclasses), fechamento e municipalização de escolas, não pagamento, até esta data, da progressão horizontal com oito meses de atraso, aumento da carga horária, pois obriga que os professores permaneçam na escola mais um ou dois períodos por semana para o planejamento, criação do decreto de nº 29.624 (05/02/09), que institui a avaliação de desempenho do funcionalismo estadual para demitir uma parcela dos servidores, e ampliou as relações precárias de trabalho no magistério (contrato temporário).

Diante desse quadro, o que tem feito as direções do APEOC (Pena/Articulação/PT/PCdoB) e SINDIUTE (Corrente O Trabalho)? Nada! Já estamos entrando no quinto mês do ano e ainda não iniciou a campanha salarial de 2009 e não aconteceu nenhuma assembleia principalmente, por parte da APEOC para organizar a categoria diante dos problemas existentes. O resultado dessa paralisia dos sindicatos se explica porque são governistas e não vão se chocar com o governo Cid porque ajudaram a eleger.

Os professores não podem mais permitir a divisão imposta pela burocracia sindical da APEOC e SINDIUTE nos atos e atividades. Além disso, a categoria deve exigir o cumprimento, já aprovado em assembleias anteriores, da realização de um congresso estadual de unificação da APEOC e SINDIUTE pela base, pois as entidades não são propriedades destas direções. Neste sentido, essa reivindicação dos professores colocará o sindicato a serviço dos seus interesses e não dos governos.

MUNICÍPIO: direções sindicais pedem esmola de 13% de reposição salarial junto à Prefeitura

A situação dos professores da rede municipal não é muito diferente da rede estadual. A Luzianne Lins/PT vem dando passos significativos em seus ataques aos servidores, como por exemplo: terceirização dos serviços internos das regionais, desmonte do IPM, aumento da exploração através dos sábados letivos etc. e sequer implantou o rebaixado piso nacional que havia prometido.

O fórum dos servidores municipais (SINDIUTE, SINDIFORT etc.) propõe um índice de 13% de reajuste diante da enorme perda salarial do funcionalismo, isso é uma miséria. Isso prova que esse fórum é governista.

A Municipalização do Ensino em Osasco

Sabemos que a Municipalização do Ensino é uma das primeiras estratégias para o desmonte da escola pública, o que requer que os governos por vezes sejam mais flexíveis para legitimar a política de descentralização do ensino. Justamente o que aconteceu em Osasco, onde a municipalização foi iniciada por Giglio/PSDB e teve continuidade com Emídio/PT, atual prefeito, eleito pelo segundo mandato.

Hoje a municipalização se deu quase que por completa no Ensino fundamental, e a ilusão de que haveria mais recursos e, portanto, mais investimentos na Educação caem por terra. Os primeiros anos de municipalização em Osasco, criaram nos trabalhadores da educação e na comunidade escolar a falsa expectativa de que o ensino iria melhorar, pois novos prédios foram construídos e/ou reformados, recursos materiais chegavam às escolas e houve abertura de concurso público para os professores. Esta foi uma estratégia do governo para que os trabalhadores

A direção do SINDIUTE, durante a greve dos professores do Estado, dividiu e alimentou a falsa ilusão na categoria de que a prefeitura iria implantar o piso nacional para não impulsionar a luta no município. A corrente O Trabalho/PT faz encenação em radicalizar o discurso por que este ano vão ocorrer às eleições para o SINDIUTE, por isso agora posa de lutadora diante da Prefeita. Não passa de retórica diante dos ataques desferidos pela prefeitura petista há anos.

Por fim, a Corrente Proletária na Educação faz um chamado aos professores e as correntes que se reivindicam da oposição para a formação de uma chapa programática, para derrotar os governistas da atual direção do SINDIUTE. Só assim iremos avançar na luta no magistério e trabalhar concretamente na unificação dos sindicatos APEOC e SINDIUTE pela base em uma única entidade sindical para os professores.

Falta de democracia nas assembleias e atos

A democracia vem sendo aniquilada e destruída nas assembleias e atos por parte dos sindicatos, e o resultado dessa burocratização tem levado a categoria a amargas derrotas. Um exemplo disso foi a burocratização implementada pelas direções da APEOC e SINDIUTE, que se uniram na greve dos professores do Estado em que as intervenções se limitavam basicamente aos dirigentes sindicais e, ao mesmo tempo, não encaminhavam as deliberações das assembleias. Portanto, se faz necessária a democracia para que os professores possam encaminhar a luta de maneira conseqüente para impor a vitória contra os governos.

- * Por um Piso Salarial de R\$ 3.500,00 para início de carreira!
- * Redução da jornada de trabalho por meio da implantação da escala móvel das horas de trabalho, para que haja emprego a todos!
- * Estabilidade a todos os professores de contrato temporário (efetivação para todos)!
- * Passe Livre para estudantes e desempregados!
- * Acesso à escola em todos os níveis! Fim dos vestibulares!
- * Abaixo a avaliação de desempenho do governo Cid!
- * Nenhum jovem sem escola, nenhum jovem sem trabalho! Que o jovem possa permanecer 4 horas no trabalho e o restante para escola e lazer!
- * Combater a violência nas escolas e nos bairros com emprego à juventude! Que o trabalho seja compatível com sua estrutura físico-mental!
- * Pela escola única pública gratuita e vinculada à produção social!

aceitassem a municipalização sem contestar. No entanto, os anos foram passando e com todas as escolas de Ensino Fundamental I municipalizadas, ou seja, primeira meta cumprida, os governos já não precisam mais iludir os trabalhadores, as condições de trabalho e ensino no governo de Emídio/PT têm se tornado brutais.

A Precarização na Educação Municipal

As escolas municipais de Osasco iniciaram o ano de 2009 em condições subumanas de trabalho e de ensino.

Como se não bastassem o fechamento de classes e a superlotação das salas de aula, este ano as aulas se iniciam *sem professores nas escolas* (todos os dias muitos dos alunos são mandados de volta para casa por que grande parte das classes ainda não foram atribuídas), por conta dos trâmites burocráticos do último concurso público, que tem inviabilizado a posse

dos professores, principalmente por conta da não aceitação dos acúmulos, enquanto que milhares de professores que estavam contratados o ano passado foram demitidos e ainda encontram-se sem aula, já que o critério de admissão, num primeiro momento, passa a ser apenas por concurso de provas e títulos.

Além da falta de professores, *a merenda escolar também não chegou*, por conta das falcatruas nas licitações nos anos anteriores. Assim, os alunos que já estão tendo aulas estão passando longos períodos na escola sem se alimentar ou se alimentando de forma muito precária. Há denúncias de que em algumas creches por falta de merenda para as crianças que permanecem o dia todo na escola, a direção fez empréstimos de alimentos de outras escolas, e acabaram tendo de alimentar as crianças com o que tinha, arroz e carne moída aos bebês.

Isso sem falar da falta de funcionários do quadro de apoio das escolas, limpeza e merenda (grande parte dos funcionários do quadro de apoio das escolas teve seus contratos encerrados e não foram mais readmitidos). Segundo várias denúncias, em diversas escolas a falta de funcionários, principalmente nas escolas integrais (creches) levou os professores a se revezarem no atendimento às crianças para dar conta da limpeza dos banheiros e demais ambientes das escolas, aumentando a superexploração do trabalho dos professores, que se submeteram a ficar com duas turmas enquanto o colega fazia o serviço de limpeza.

Outra situação agravante é a falta de manutenção dos prédios, como, por exemplo, nas escolas de educação infantil, em que as crianças estão privadas até de brincar, porque os brinquedos do parque além de quebrados, estão cobertos por mato e os trabalhadores nas escolas estão de mãos atadas, já que a prefeitura não encaminha pessoal para a manutenção, nem tampouco as escolas têm condições de suprir qualquer gasto, pois o saldo que restou da subvenção da APM das escolas em 2008 foi recolhido pela prefeitura no final do ano.

Estas condições precárias sinalizam para mais um plano do governo, que faz parte do mesmo processo de destruição do ensino público, pois trata de tornar as escolas dependentes de fundos privados, terceirizando serviços e fazendo parcerias com empresas privadas, ou seja, abrindo as portas para a privatização do ensino, estratégia final das reformas educacionais ditadas pelos organismos internacionais em toda a América Latina.

Acrescentam-se a isso o arrocho salarial, as precárias condições de trabalho e a reformulação do Plano de Carreira do magistério, que retira direito dos trabalhadores, além de não garantir nem mesmo os poucos direitos mantidos, precarizando ainda mais o trabalho, com o aumento da jornada de trabalho, dificuldade ainda maior para a evolução funcional, pois os cursos antes aceitos agora só servirão mediante avaliação de desempenho; diferenciação de direitos entre os PEB I, adjuntos e os PDI's, dentre outros. Por outro lado, o governo continua sustentando o assistencialismo, com a entrega de materiais e uniformes aos alunos, estratégia utilizada principalmente para manter os pais satisfeitos, passando a falsa idéia de que tudo caminha bem na Educação do município.

Movimento dos professores frente aos ataques de Emídio/PT

Frente ao desemprego e ao subemprego, os trabalhadores encontram-se dispersos em função da política das direções sindicais burocráticas, em sua maioria atrelada aos governos e, por isso, incapazes de organizar a luta contra as ofensivas do governo.

A direção do SINTRASP (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Município de Osasco e região) chamou assembleia, mas foi incapaz de aprovar um plano de lutas por melhores condições de trabalho e por um reajuste salarial que garanta a vida dos trabalhadores.

A APOS (Associação dos Professores de Osasco e região), associação que tem maior representatividade entre os professores do município, na

primeira assembleia do ano, realizada logo após o RE, aprovou um plano de lutas com a organização de um ato público para entregar a pauta de reivindicações. Após a entrega da pauta, outro ato foi aprovado pelos professores em assembleia. Neste ato, realizado no dia 01 de abril, com a presença de aproximadamente 300 professores, que pararam o trânsito de Osasco nas proximidades da prefeitura, Emídio/PT respondeu com a repressão da polícia, que agrediu os manifestantes com pancadas e gás de pimenta. Após este ato, os professores se reuniram em assembleia novamente e deliberaram pela continuidade do movimento, marcando novo ato para o dia 06 de abril.

Reunidos em frente à prefeitura no dia 06/04, a direção da APOS tinha a clara intenção de dispersar o movimento, pois o carro de som só chegou após duas horas do horário marcado para o ato e, assim que o carro de som chegou, sua proposta era de que os professores saíssem em passeata nas redondezas da prefeitura. A Corrente Proletária propôs a realização da assembleia para deliberar acerca das ações naquele dia, proposta acatada pelos professores.

Durante a assembleia, a direção apresentou uma pauta rebaixada em relação à aprovada em assembleia anterior e os professores aprovaram, apoiados na justificativa da direção sindical de que se tratava de uma estratégia para que o governo recebesse a comissão. Logo após a leitura da pauta, contestada apenas por alguns professores (pois a mesma não contemplava a proposta de reajuste salarial, a isonomia salarial para os professores da creche, dentre outros pontos), a administração aceitou receber uma comissão para dar início às negociações. Foi eleita uma comissão de 10 representantes, dentre eles professores (creche, EMEI, EMEF), pais de alunos, representante da direção da APOS e a advogada da entidade (militante do PSTU)

Fomos recebidos pela secretária de Educação, Mazé Favarão (ex-dirigente de O Trabalho), pelos secretários de administração e pelo encarregado pela merenda no município, já que Emídio se encontrava em Brasília.

A negociação foi uma verdadeira enrolação. Logo no início, o secretário de administração, juntamente com a secretária, foram descartando vários pontos da pauta de reivindicações, porque, segundo eles, não poderiam ser discutidos ali, pois eram pontos para serem levados para a Mesa de Negociação Permanente, mesa esta que seria realizada entre os dias 08/04 a 14/04 junto com todas as entidades do município (APOS, SINTRASP, e ASSO). A comissão discutiu por longas três horas apenas alguns problemas, como a merenda escolar, a falta de funcionários e professores nas escolas e sobre alguns projetos pedagógicos da rede, ou seja, a questão do salário, por exemplo, ficou para ser negociado junto às demais entidades em uma pauta única das mesmas. Ficou muito explícito para os professores a preservação dos acordos já firmados anteriormente entre a direção da APOS e a administração, pois todos os pontos que os professores da comissão insistiam que deveriam ser discutidos ali tinham a resposta de que eles já haviam acordado com a APOS que não caberia discutir no movimento, mas sim nas mesas de negociação com as entidades.

É importante saber que este dispositivo, criado pelo PT em Osasco, tem servido, desde o início da gestão de Emídio, única e exclusivamente para desmobilizar os trabalhadores, fazendo-os se contentar com algumas migalhas, o mesmo que aconteceu na reformulação do plano de carreira, no qual foram constituídos vários grupos de trabalho (GT's), com a participação das entidades sindicais e dos professores da base, só para iludir os trabalhadores, já que, ao final das discussões, nada que os professores haviam proposto foi aceito, a não ser a concessão de algumas migalhas. Enfim, foi aprovado o plano que a secretaria de Educação já tinha estabelecido.

Mas, como se não bastasse, a presidente da APÓS, que ali compunha aquela comissão, pediu para que os secretários os acompanhassem até os professores do lado de fora da prefeitura para ajudar a explicar como se

daria o processo de negociação. Mas não parou por aí. Além do governo se pronunciar na assembléia dos trabalhadores, a direção pretendia “tocar” a assembléia mesmo com a presença dos representantes dos capitalistas, se não fosse a intervenção da Corrente Proletária ter levantado o problema. Essa direção deu sinais de que teria dificuldade em organizar o enfrentamento coletivo dos trabalhadores frente ao governo por colocar em prática a política de colaboração.

Assim que os secretários se retiraram e se deu início à assembléia, a direção fez a proposta de que aguardássemos o período das mesas de negociação para que então depois se decidisse pela continuidade ou não do movimento caso as reivindicações fossem ou não atendidas, além de afirmar que não havia outra saída se não acreditar, naquele momento, na disposição da administração para atender.

Além da direção, apenas a Corrente proletária havia se inscrito para apresentar propostas, em que primeiramente denunciou a farsa das mesas de negociação, exatamente como já vínhamos alertado em nossos materiais sobre a falsa ilusão que a prefeitura e as entidades vinham alimentando em torno deste dispositivo que há muito tempo vem servindo apenas para desmobilizar os trabalhadores e que, se existia alguma vitória, como a direção da APOS tanto anunciava, estas eram mérito do movimento dos professores e não das mesas de negociação. Por fim, propomos que formássemos ali um comitê de luta para acompanhar estas mesas, ou seja, que não ficássemos esperando de braços cruzados, mas sim que o movimento fosse mantido, pois sabíamos que, sem o movimento, ou seja sem a ação direta, não teríamos nenhuma das nossas reivindicações atendidas. Antes de colocar em votação, a advogada da entidade (PSTU) tentou fazer uma proposta de consenso, de que a mesma comissão eleita ali em assembléia naquele dia fosse mantida para acompanhar as negociações e que nós aprovássemos ali o “estado de greve” até o fim das negociações, para que em nova assembléia decidíssemos sobre os rumos do movimento; ganhou a proposta feita pela advogada da entidade.

Mais uma proposta enganosa aos trabalhadores, pois, aprovar o estado de greve significa enterrar o movimento. Dizemos isso pois as experiências na rede estadual de ensino (APEOESP) nos mostraram que a burocracia, com o intuito de por fim ao movimento grevista, defendia o estado de greve, o que constituía uma manobra costurando a porta de saída. Assistimos, também, a burocracia levantar o estado de greve na rede municipal de São Paulo com o claro objetivo de ameaçar o governo. No entanto, o estado de greve não ameaça nenhum governo, é uma enganação. Não se brinca de estar em greve. Ou está em greve ou não está em greve. Aprovar o estado de greve é não confiar na força do movimento.

Portanto, se faz necessário um balanço sério da prática da direção da APOS, pois consideramos erros gravíssimos: 1º) ter permitido o atraso do carro de som. Prática comum de sindicatos burocratizados; 2º) Propor, antes de instalar a Assembléia, passeatas pelos arredores do local, favorecendo a repressão e a dispersão; 3º) apresentar uma pauta de reivindicações rebaixada, mostrando a ausência da democracia sindical que se fundamenta na ampla discussão, encaminhamento e cumprimento das deliberações dos trabalhadores; 4º) o acordo existente entre a direção e o governo evidenciado na comissão de negociação; 5º) pedir para que o governo explique, na assembléia dos trabalhadores, como se dará o processo de negociação. Uma direção que chama o governo para dar explicação aos trabalhadores de como se dará a negociação mostra o quanto é servil, submissa e aberta a colaborar com o patrão; 6º) permitir que o governo, após a explicação, permaneça na assembléia e não enxergá-lo como patrão e sim como parceiro; 7º) pedir para que os professores aguardassem as negociações e só depois aprovar os rumos do movimento, com a justificativa de que não havia outra saída, significa confiar nas mesas de negociação.

Mesas de Negociação Permanente – Emídio/PT

Após as primeiras mesas de negociação antes do feriado, não tivemos nenhuma resposta, só enrolação. Por conta disso, a direção da APOS teve de chamar nova assembléia para o dia 13/04, um dia antes da conclusão das negociações.

É importante ressaltar que esta assembléia foi chamada apenas por e-mail enviado aos RE, e que, portanto, a direção sindical apostava no esvaziamento desta assembléia para aprovar uma pauta de reivindicações ainda mais rebaixada, acordada com as demais entidades.

A pauta apresentada na assembléia não contemplava as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores da Educação, como a isonomia salarial para as PDI's, a igualdade de direitos aos professores adjuntos e a proposta de reajuste salarial, que foi extremamente rebaixada, de 85% para 32%.

Mesmo diante de uma assembléia esvaziada, a Corrente Proletária denunciou novamente a farsa das mesas de negociações e a política de colaboração da direção sindical em fazer parte dos acordos com as demais entidades burocratizadas, aceitando as migalhas do governo e conseqüentemente traindo os trabalhadores, ao mostrar mais uma vez a ausência da democracia sindical, que se fundamenta na ampla discussão com a base.

No entanto, a direção conseguiu mais uma vez iludir os poucos trabalhadores que ali se encontravam, de que não tínhamos outra saída, senão apostar que pelo menos aquelas reivindicações acordadas entre as entidades fossem atendidas, chegando a afirmar que não adiantava criar resistência diante das demais entidades nas mesas de negociação, mantendo nossa pauta de reivindicações, pois não contávamos com a disposição dos trabalhadores para dar continuidade ao movimento. Apenas a Corrente Proletária defendeu e votou contra a pauta reduzida, pela retomada do movimento, enquanto que a direção e os professores aprovaram a proposta de rebaixamento da pauta acordada com as demais entidades e a presidente da entidade também manifestou seu voto contrário, de maneira diplomática, já que a mesma também defendeu a proposta.

Por fim, Emídio/PT, junto a Mazé, secretária de Educação, e as entidades sindicais dão continuidade ao processo de enrolação propondo a extensão das discussões, com a criação de mais um mecanismo para iludir os trabalhadores junto às mesas de negociação permanente, os GT's (grupos de trabalho) para discutir, com a participação dos trabalhadores, algumas especificidades da pauta de reivindicações, como os projetos pedagógicos, a revisão do plano de carreira, dentre outros.

Algumas das propostas defendidas pela Corrente Proletária:

- Rejeitemos as demissões e o subemprego como conseqüência da crise capitalista;
- Defendemos a ação direta (paralisações, manifestações públicas, greves etc.) como método próprio dos trabalhadores e único capaz de impor conquistas aos trabalhadores;
- Denunciamos, durante todo o movimento, a farsa das mesas de negociação e sua clara intenção de desmobilizar os trabalhadores;
- Defendemos a Unidade com o funcionalismo para derrotar o governo;
- Reajuste Salarial imediato. Defesa do Salário Mínimo Vital (calculado pelos trabalhadores em assembléia);
- Readmissão de todos os contratados. Implantação da Escala móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores que estão aptos, sem redução salarial);
- Efetivação de todos os trabalhadores contratados;
- Extensão de todos os direitos aos professores adjuntos e aos PDI's. Que não haja diferenciação entre os trabalhadores;
- Melhorias das condições de trabalho e ensino;
- Redução do número de alunos por sala.

Nesta edição:

- 5ª Cúpula das Américas: Para quê?
- Qual a paz de Obama?
- Bolívia:
- Luta inter-burguesa pela lei eleitoral de transição
- O país está sobrecarregado em uma permanente pantonima eleitoral

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



5ª Cúpula das Américas: Para quê?

Os governos latino-americanos se mostraram extasiados com Barack Obama. Abraços, afagos e sorrisos. As carrancas e formalidades ficaram com George W. Bush. Hugo Chávez se sobressaiu, com cumprimentos, tapinha nas costas, leve pouso das mãos nos ombros, como se fossem íntimos. O auge do entusiasmo foi com o “As Veias Abertas da América Latina: Cinco Séculos da Pilhagem de um Continente”, do escritor uruguaio Eduardo Galeano. Obama abriu um largo sorriso ao receber o presente.

A diplomacia brasileira estava encarregada de que nenhum mal estar fosse provocado por Chávez. Tudo saiu com perfeição. O governo Venezuelano não atacou o império. Fez um discurso cronometrado e cheio de boas esperanças com o governo dos Democratas.

O gesto da entrega do livro de Galeano pode ser interpretado como o que Chávez pensa sobre os EUA e o que gostaria de dizer na reunião, mas não diria. E os afagos? A Casa Branca, na figura de Jeffrey Davidow, assessor de assuntos para a Cúpula das Américas, acha que Hugo Chávez quiz aproveitar a fama de Obama. (Estadão, 19/4). Mas assim é melhor para a política do imperialismo, não?

Obama, um pouco antes da reunião em Trinidad e Tobago, havia exortado o líder do “Socialismo do Século XXI” a parar de exportar o terrorismo. Chávez contestou que Obama só poderia fazer tal acusação por ignorância. Ou seja, que estava ainda sob a influência do legado de Bush. Será que a Casa Branca está certa em dizer que Chávez apenas quer aparecer ao lado de Obama, para se manter nos noticiários e se projetar? Não apenas isso, Chávez se mostra propenso a mudar sua política frente ao novo governo do EUA. Um aceno concreto: a Venezuela anunciou em plena Cúpula das Américas que reatava os laços diplomáticos com os EUA, nomeando um novo embaixador.

O imperialismo norte-americano teve de mudar sua tática de intervencionismo mundial. A vitória do Partido Democrata nas eleições e o afastamento da administração do Partido Republicano ocorreram numa situação de repúdio mundial à era Bush e de crise que já era visível, desde 2007, nos EUA. A diretriz de separar nações amigas e inimigas, governos antiterroristas e terroristas e de pôr à frente da diplomacia e das negociações ameaças bélicas e intervenções militares esbarrou na resistência nacionalista em várias partes do mundo, principalmente no Oriente Médio.

Na América Latina, Chávez lidera um agrupamento de governos, reunido na Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), cujo programa é o de tornar o Estado sócio das multinacionais e nacionalizar com indenização alguns setores, caso a sociedade não seja possível. Por isso, caracteriza-se por um nacionalismo caricato. O que mesmo assim provoca atritos com o imperialismo.

Obama não começou por hostilizar nenhum nacionalismo. Levantou a

bandeira de diplomacia à frente das armas. A prova de boa vontade do chefe da potência foi dada ao se proclamar disposto a estender a mão ao governo iraniano e ao contornar a dissensão com a Rússia em torno do assentamento de uma base de mísseis na Polônia e República Checa. Também evitou maiores ameaças à Coreia do Norte, frente à desobediência de lançar um foguete, sem contudo deixar de acionar a ONU para se chegar a uma carta de condenação.

Obama não poderia ser diferente com os governos da “alternativa bolivariana”, em nosso continente. E Cuba? A Ilha castrista foi ponto de discussão prévia à Cúpula das Américas.

A Alba pleiteou a suspensão do bloqueio econômico imposto pelos EUA desde 1962. O secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, se mostrou favorável à reintegração de Cuba, que há 47 anos atrás foi expurgada desta organização, na Conferência de Punta Del Este (1962).

Obama fez o mínimo. Quase nas vésperas do encontro da Cúpula, anunciou o fim das restrições às remessas de dinheiro e viagens dos cubanos que vivem nos EUA. Deu, assim, publicidade à idéia de que o mundo está diante de um governo tolerante com os infiéis, e disposto a desbastar os conflitos que brotam por toda parte. O fim das absurdas restrições era uma aguardada cartada, que serviu ao Brasil, Chile etc para lamentarem que era muito, mas representava um primeiro passo na busca da concórdia.

Raúl Castro imediatamente declarou que Cuba está pronta a discutir tudo com os EUA. Desde que a soberania de País e a autodeterminação fossem resguardadas, o governo cubano se dispunha a discutir “direitos humanos, liberdade de imprensa e presos políticos”. A diplomacia brasileira sugeriu a Obama que a reivindicação de soberania era compreensível e que considerasse a posição do governo cubano. Lula, no discurso lido na reunião da Cúpula, se referiu à suspensão do bloqueio sem pré-condições.

Por detrás da cartada de Obama e do palavreado favorável à reinserção de Cuba na Cúpula das Américas e OEA, está a principal exigência do imperialismo: as conquistas da revolução devem ser eliminadas, propriedade privada dos meios de produção tem de ser restaurada, como está se passando na ex-União Soviética, Leste Europeu, China e Vietnã. Até quando o regime de Fidel Castro retardará a sua restauração?

A camarilha do governo Lula, formada por ex-esquerdistas, quer uma morte natural para a revolução cubana. O bloqueio norte-americano é tido como um empecilho para desintegrar o poder castrista, fraturar a burocracia estatal, fortalecer a oposição pró-capitalista, introduzir uma democracia burguesa caricata e abrir a ilha para as multinacionais. Essa posição já é aventada por uma fração do imperialismo norte-americano e há muito é trabalhada pelo imperialismo social-democrata europeu. Obama terá de convencer o Estado norte-americano que essa via é possível e melhor do que a truculência praticada desde 1962. Conta para isso com a

colaboração do Brasil, Argentina, Chile etc.

Chávez e sua Alba são uma pedra no sapato de Obama. Não há como compatibilizar por muito tempo suas medidas estatizantes, ainda que pagas devidamente. O fato do Brasil e Chile terem se unido para limitar o chavismo joga a favor do imperialismo. A disposição de Raúl Castro dar algum passo nas exigências de Obama permite a Lula trabalhar o regresso de Cuba ao capitalismo. Espera-se que, com a queda no preço do petróleo e agravamento da crise econômica interna à Venezuela, Chávez se acomode. E que o alinhamento dos bolivarianos bolivianos, nicaraguenses e equatoriano em torno de Chávez perca sua força.

Que outro problema teve importância para a 5ª Cúpula das Américas senão projetar a “nova” política do imperialismo para as semicolônias do nosso continente? Em Trinidad e Tobago, os governos semicoloniais lati-

Qual a paz de Obama?

As invasões e ocupações territoriais de um grupo mais forte sobre os mais enfraquecidos não é criação do capitalismo, nos remete à época do modo de vida nômade. Tomou forma genocida a partir das grandes navegações. Desde os remotos territórios da Ásia, Oceania, África até o território americano os europeus penetraram com sua força bélica trucidando povos nativos destas regiões. Mas foi durante o século XX que assistimos as maiores ações de destruição do homem pelo homem - as grandes guerras mundiais, através do enorme potencial bélico-tecnológico. Tratava-se de guerras de dominação imperialista. No início do século XXI, as guerras são localizadas, mas impulsionadas pelo mesmo objetivo de dominação - apoderar-se das fontes de riqueza, sob o controle de povos semicoloniais.

Com a atual crise mundial, novamente os conflitos entre as potências se acirram. O país militarmente mais poderoso do globo agencia, promove, enfim está direto ou indiretamente envolvido em todos os conflitos bélicos em andamento. A velha motivação de se apoderar das fontes de riqueza dos outros agora ganha impulso. O argumento do carro-chefe da economia mundial é que os Estados Unidos devem tomar em suas mãos a tarefa de proteger das riquezas da humanidade e salvar o mundo da ameaça terrorista.

Se Bush motivava a movimentação de vários grupos em todo o mundo contra a demonização imperialista sobre os países fracos e oprimidos, seu sucessor Obama é celebrado como o salvador, que num gesto de concórdia diplomática deixou para trás a potência militar e o intervencionismo. Mas a onda de Obama “salve-mundo sem guerras” ainda necessita dar feição a Barack Obama como uma figura inofensiva.

Durante a semana do G20 - e também na semana dos 60 anos de aniversário da aliança militar ocidental-OTAN -, o presidente dos EUA deu a entender que concederia um favor ao Irã, desistindo da exigência norte-americana de que aquele país suspendesse seu programa de enriquecimento de urânio. O governo iraniano poderia continuar com o programa sob o Tratado de Não-Proliferação Nuclear ou com a cooperação da agência internacional de energia atômica - AIEA. Mas deixou claro que os EUA continuará a proibir que o Irã crie um arsenal nuclear. Um dos pontos altos dos 60 anos foi o ingresso da França à OTAN, com claro intuito de fortalecer o domínio imperialista em todo o mundo. Na República Checa fez um discurso de redução do armamento nuclear dirigido à Rússia. O que não resolve absolutamente nada diante desse tipo de tecnologia militar altamente destrutiva.

A outra decisão de Obama diz respeito à Guatánamo. Os EUA iriam devolver alguns presos das ex-colônias para países europeus colonizadores, a exemplo dos argelinos que irão para a França. No entanto, estes países ajudarão os EUA na ocupação no Afeganistão. A Espanha mandaria mais soldados e chegaria a 800, já o Reino Unido enviará mais mil, soma-se aos mais de 8.000 já no solo afegão. Hoje, a chamada força ocidental já conta com 91 mil soldados naquele país. O objetivo é enviar mais 17 mil soldados que se

no-americanos armaram uma tribuna Obama a redirecionar o intervencionismo norte-americano.

A classe operária internacional e, em especial a da América Latina, deve rechaçar a estratégia restauracionista dirigida a Cuba, que vem sendo gestada pelo governo Obama e por seus capachos latino-americanos. É necessário também rejeitar o nacionalismo integracionista, incapaz de romper com o imperialismo e que se embasaca com o presidente negro e que se mostra progressista. Não demorará muito para que por debaixo do couro do cordeiro apareça o lobo. É necessário defender Cuba contra a ofensiva imperialista espoliadora e contra as forças internas restauracionistas. O Programa de Transição da IV Internacional é a arma capaz de organizar a resistência ao imperialismo, à desintegração do capitalismo e à reação pró-capitalista.

ocupariam do treinamento de forças afegãs. Essa ação está contida na nova estratégia de guerra dos EUA naquele país. Obama também preserva os termos usados pelo seu antecessor, para ele trata-se de uma guerra contra o terrorismo islâmico e seus braços armados: Al Qaeda e Taleban - forças do “eixo do mal”. Em sua peregrinação pela Europa, Obama exigiu maior comprometimento dos europeus, argumentando que os grupos terroristas continuam suas atividades e o solo europeu é um alvo próximo.

As operações militares no Paquistão mostram que os EUA têm aumentado o reforço militar, Visam liquidar a resistência dos rebeldes que atacam as vias de tráfego utilizadas pelos norte-americanos como passagem para a Ásia Central. Em retaliação, os EUA têm lançado brutais ataques aéreos naquela região - conhecida como cinturão de passagem para o Afeganistão. Diante da heróica resistência da guerrilha dos Talebans, Obama que a OTAN pressione o Irã a colaborar nos conflitos no Afeganistão e Paquistão. Faz o mesmo com China e Rússia.

Observa que essa movimentação expressa as tendências bélicas mais profundas do capitalismo em decomposição. É o que explica o fato da Rússia colocar no encontro da Organização de Cooperação de Xangai que a solução é criar um cinturão em torno do Afeganistão, com a esfarrapada alegação de bloquear a ação terrorista e a saída de drogas do país. É a retomada da Rússia em recuperar seu poderio nas fronteiras, em particular na das três ex-repúblicas soviéticas. A Rússia também tem liderado outra disputa militar - ocupação da região do Ártico. A Rússia quer assegurar o potencial petrolífero e de gás daquela região que chega a 25% das reservas mundiais. Canadá, EUA, Dinamarca e Noruega também disputam o controle da região. Como vemos, a fúria pelo controle das fontes de matéria-prima continua a todo vapor.

É importante compreender que a necessidade do rearmamento da Rússia e armamento da China corresponde à restauração capitalista e às tendências de agravamento da crise mundial. A divisão do mundo a que as potências chegaram após a Segunda Guerra Mundial já não condiz com o novo quadro de desintegração do capitalismo. A identificação do rearmamento das potências imperialistas, que arrastam a Rússia e a China para o mesmo caminho, é decisiva para a classe operária levantar seu programa antiimperialista e anticapitalista. Na primeira guerra mundial, o Partido Bolchevique liderou a revolução proletária constituindo a União das Repúblicas Soviéticas e pondo em pé a III Internacional. Foi o maior avanço que a história teve no combate às tendências bélicas do capitalismo. Já na segunda guerra mundial, a Revolução Russa regredia sob a política do socialismo em um só país de Stalin, que culminou com a destruição da III Internacional. Foi o maior retrocesso que a humanidade já conheceu. Hoje, retomamos esses elos da história. Estamos diante de uma etapa de crise que certamente avançará no mesmo sentido das crises anteriores. Há que se trabalhar firmemente pela reconstrução da IV Internacional. A vanguarda tem de assumir plenamente o Programa de Transição e com ele trabalhar no seio do proletariado. Essa é a tarefa essencial da situação.

Luta inter-burguesa pela lei eleitoral de transição

Já Basta de Tanta Farsa!

Nós explorados já estamos fartos da luta mesquinha e miserável entre o governo e a oposição de direita pelo controle do poder e dos recursos do Estado. Esta luta é pura farsa porque definitivamente ambos os lados estão de acordo no fundamental na obediência à ordem social burguesa, na proteção da grande propriedade privada sobre os meios de produção. Por isso, depois de recorrer a todos os meios que podem e envolver em sua luta setores da população que acabam se matando e ferindo no lugar deles, estes acabam fazendo as pazes como irmãos de leite.

Esta vez, a briga é em torno da aprovação da Lei Eleitoral de Transição para as eleições presidenciais de dezembro. Novamente, vemos opositores e governo mostrarem os dentes e convocarem seus seguidores para as ruas para manifestarem-se contra o adversário.

Podemos prever com certeza que a história voltará a se repetir.

Está claro que a oposição de direita não quer que estas eleições ocorram. A profunda crise política burguesa pulverizou seus partidos tradicionais, a oposição de direita e seus brutais caudilhos locais fascistas e racistas não têm um candidato nacional que faça frente a Evo, se chocam com o repúdio popular.

O governo, por seu lado, já sente a desilusão de importantes setores dos explorados que comprovam que o governo do

MAS, é pura mentira, que é incapaz de resolver os problemas da fome, da necessidade de terra aos camponeses, da falta de trabalho, dos baixos salários, dos efeitos da crise econômica mundial etc., que o “processo de mudança na democracia” não muda nada, que os masistas são um banco de ladrões vulgares assim como seus pares neo-liberais. Por isso está desesperado para que as eleições cheguem o mais rápido possível, antes que seu curral eleitoral se debilite ainda mais.

Contradições sociais de todo tipo estalam na cara do governo que se vê desarmado. Incapaz de resolver os problemas, trata de manter o apoio aos setores sociais em conflito (no caso da luta entre as confecções de roupas e os vendedores de roupas usadas). Sua política demagógica se põe em evidência quando tem de sair em defesa da propriedade privada, condenando as ações das massas que atentam contra ela (a comunidade da Mina Imalaya contra a empresa Killman, a comunidade de Sank’ajawira contra o laçao da direita Victor Hugo Cárdenas). Por puro cálculo político eleitoral, deixa que seja a justiça ordinária com toda sua lentidão a que se encarregue de reparar o dano e sancionar os cabeças, só para ganhar tempo.

Nós explorados não devemos nos envolver nesta luta de cúpulas. E sim ganhar as ruas para impor nossas reivindicações mais sentidas: terra, pão e trabalho!

(extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2123 de 10/04/09)

A farsa de nunca acabar:

O país está sobrecarregado em uma permanente pantonima eleitoral

Já poucos são os que se surpreendem com as comédias que protagonizam o governo do MAS e os opositores direitistas. Tudo é uma farsa entre politiqueiros burgueses; era sabido que chegariam ao consenso.

O governo do MAS é reformista burguês, por isso sua política não é diferente da dos políticos burgueses tradicionais e seu destino é entrar em consenso com eles cedendo a suas demandas através da greve de fome e todos os outros meios.

O que se mostra intolerável é o cinismo do governo de apresentar o acordo entre amigos como “triunfo da democracia” graças a “luta do povo”. O desaforo masista já não conhece limites.

A luta política em torno da realização de novas eleições gerais demonstra que Evo Morales e o MAS estão se esgotando em uma permanente embriaguez eleitoral, que só interessa aos masistas e a oposição burguesa. Enquanto masistas e opositores procuram se mostrar quem é o mais democrata-burguês, distribuindo dinheiro (o cadastramento eleitoral nos custará 35 milhões de dólares), o povo vê como, plebiscito depois de plebiscito, sua situação não muda, segue sumido na pobreza, com salários de fome (quando encontra trabalho) a terra nas mãos dos latifundiários, o poder político como sempre nas mãos de corruptos, a produção de matérias primas, eixo da economia, sob controle dos imperialistas “sócios” do governo, golpeada pela crise mundial capitalista.

Para os explorados do país, nada muda com os referendos ou as eleições.

Nós explorados nada temos a fazer nesta luta inter-burguesa

Os trabalhadores e explorados acertarão em não se meter em uma luta que só interessa aos politiqueiros burgueses de colarinho branco ou de poncho e aos burocratas sindicais vendidos ao governo.

A esse burocrata teimoso, Pedro Montes, que parece a sombra de Evo, lhe recordamos que a COB nasceu como um órgão de poder das massas exploradas insurretas, lideradas pelos proletários e sua vanguarda minera para proclamar a necessidade da luta pela instauração de um governo de operários e camponeses que ponha fim à burguesia nativa inútil e servil do imperialismo; não para buscar um governo de consenso com os opressores, nem “sócio” do imperialismo.

A luta dos trabalhadores é para nos libertarmos do capitalismo caduco e explorador e do imperialismo opressor.

O que nos corresponde compreender é que se não queremos ser destruídos e atolados na miséria pela exploração capitalista, estamos obrigados a nos rebelar contra a farsa eleitoral e retomar a luta independente por nossos próprios interesses: pão, trabalho, terra e pelos nossos objetivos políticos: a estruturação de um governo próprio dos explorados e oprimidos do país, um governo operário e campones.

(extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2124, de 17/04/09)